



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE**  
**CONTEMPORÂNEA**

**FRANCISCO CASTRO D' ALMEIDA COUTO**

**MIGRAÇÃO DE FAMÍLIAS VENEZUELANAS PARA A CIDADE DE SALVADOR,**  
**BAHIA: Intersecção existencial entre as Humanidades e Geografias**

**SALVADOR**

**2026**

FRANCISCO CASTRO D' ALMEIDA COUTO

**MIGRAÇÃO DE FAMÍLIAS VENEZUELANAS PARA A CIDADE DE SALVADOR,  
BAHIA: Intersecção existencial entre as Humanidades e Geografias**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientador: Giancarlo Petrini

**SALVADOR**

**2026**

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

C871 Couto, Francisco Castro D' Almeida  
Migração de famílias venezuelanas para a Cidade de Salvador, Bahia:  
intersecção existencial entre as humanidades e geografias / Francisco  
Castro D' Almeida Couto. – Salvador, 2026.  
65 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Família na  
Sociedade Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Giancarlo Petrini.

1. Territorialidade 2. Migração Venezuelana 3. Sentido Existencial  
4. Dinâmicas Familiares 5. Identidade I. Petrini, Giancarlo – Orientador  
II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-  
Graduação III. Título.

CDU 316.356.2(87)

## TERMO DE APROVAÇÃO

**FRANCISCO CASTRO D'ALMEIDA COUTO**

### **MIGRAÇÃO DE FAMÍLIAS VENEZUELANAS PARA A CIDADE DE SALVADOR, BAHIA: INSERÇÃO EXISTENCIAL ENTRE AS HUMANIDADES E GEOGRAFIAS**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 31 de março de 2026.

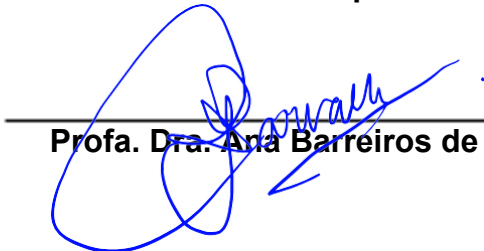
Banca Examinadora:



**Prof. Dr. Giancarlo Petrini** (Orientador - UCSAL)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** RAFAEL CERQUEIRA FORNASIER  
Data: 06/04/2026 16:10:36-0300  
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

**Prof. Dr. Rafael Cerqueira Fornasier** (Examinador Interno - UCSAL)



**Profa. Dra. Ana Barreiros de Carvalho** (Examinadora Externa - UEFS)

## RESUMO

Esta pesquisa qualitativa teve como objetivo compreender como a territorialidade participa da construção do sentido existencial de migrantes venezuelanos e de suas dinâmicas familiares na Região Metropolitana de Salvador (BA). O estudo parte da premissa de que a migração não se restringe a um deslocamento geográfico, mas envolve processos de reorganização de vínculos, identidades e projetos de vida. A investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem interdisciplinar que articula contribuições da psicologia, da sociologia, da filosofia e da geografia humana. Metodologicamente, a pesquisa foi estruturada em duas etapas. A primeira consistiu em revisão teórica narrativa sobre migração, territorialidade, identidade e sentido existencial. A segunda correspondeu à investigação empírica, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco migrantes venezuelanos residentes na Região Metropolitana de Salvador. O material empírico foi analisado com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin, permitindo identificar subcategorias temáticas relacionadas à experiência migratória. Os resultados indicam que a migração é vivida como processo prolongado de travessia, no qual a territorialidade se articula às dinâmicas familiares, às práticas cotidianas de sobrevivência e aos processos de reconstrução identitária. A família emerge como eixo de continuidade biográfica, enquanto o território é experimentado simultaneamente como espaço de oportunidade, limitação e construção de pertencimento. Conclui-se que a territorialidade desempenha papel relevante na elaboração do sentido existencial dos migrantes, influenciando tanto suas condições materiais de inserção social quanto os processos subjetivos de reconstrução de projetos de vida.

**Palavras-chave:** Territorialidade; Migração venezuelana; Sentido existencial; Dinâmicas familiares; Identidade.

## ABSTRACT

This qualitative study aimed to understand how territoriality participates in the construction of existential meaning among Venezuelan migrants and their family dynamics in the Metropolitan Region of Salvador, Bahia, Brazil. The study is based on the premise that migration is not limited to geographical displacement, but involves processes of reorganization of bonds, identities, and life projects. The investigation was developed from an interdisciplinary approach that articulates contributions from psychology, sociology, philosophy, and human geography. Methodologically, the research was structured in two stages. The first consisted of a narrative theoretical review on migration, territoriality, identity, and existential meaning. The second corresponded to the empirical investigation, carried out through semi-structured interviews with five Venezuelan migrants residing in the Metropolitan Region of Salvador. The empirical material was analyzed based on Bardin's Content Analysis, allowing the identification of thematic subcategories related to the migratory experience. The results indicate that migration is experienced as a prolonged process of journeying, in which territoriality is articulated with family dynamics, everyday survival practices, and processes of identity reconstruction. The family emerges as an axis of biographical continuity, while the territory is experienced simultaneously as a space of opportunity, limitation, and construction of belonging. It is concluded that territoriality plays a relevant role in the elaboration of migrants' existential meaning, influencing both their material conditions of social insertion and the subjective processes involved in the reconstruction of life projects..

**Keywords:** Territoriality; Venezuelan migration; Existential meaning; Family dynamics; Identity reconstruction.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2 QUESTÃO DE PESQUISA</b>	<b>10</b>
<b>3 JUSTIFICATIVA</b>	<b>11</b>
<b>4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>13</b>
4.1 FLUXO MIGRATÓRIO: DADOS	13
4.2 MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL	17
4.3 A FAMÍLIA NA ABORDAGEM RELACIONAL	19
4.4 PROBLEMÁTICA EXISTENCIAL	22
4.5 SUPORTE BIOPSISSOCIAL: PLATAFORMAS DIGITAIS	23
4.6 MARCO NORMATIVO E INSTITUCIONAL NO TERRITÓRIO DE ACOLHIDA	25
4.7 FRAGMENTAÇÃO IDENTITÁRIA POR STUART HALL	27
4.8 GEOGRAFIA CRÍTICA E FENOMENOLOGIA DO ESPAÇO	29
<b>5 PERSPECTIVA METODOLÓGICA</b>	<b>33</b>
5.1 DELINEAMENTO	33
5.2 PARTICIPANTES	34
5.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	36
5.4 INSTRUMENTOS	36
5.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	37
5.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	38
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>39</b>
6.1 MIGRAÇÃO COMO CONDIÇÃO EXISTENCIAL PROLONGADA	39
6.2 FAMÍLIA COMO MEDIAÇÃO RELACIONAL, FIDELIDADE E CONTINUIDADE BIOGRÁFICA	40
6.3 TERRITÓRIO VIVIDO, ESPAÇO PRATICADO E USO DA CIDADE	42
6.4 PRÁTICAS COTIDIANAS, TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA E DIGNIDADE	43
6.5 IDENTIDADE, DESLOCAMENTO E HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL	44
6.6 SENTIDO EXISTENCIAL, ESPERANÇA E PROJETOS DE FUTURO	45
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>50</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA</b>	<b>56</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A migração acompanha a humanidade desde seus primeiros agrupamentos sociais, mas jamais se configurou como simples ato de deslocamento. Conforme definição da Organização Internacional para as Migrações, trata-se do:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos (Organização Internacional para as Migrações, 2009, p. 42).

Ao se desterritorializar, o sujeito experimenta transformações que reverberam nas estruturas familiares e nos vínculos sociais, mobilizando valores, sentido de vida e expectativas de bem-estar em uma nova configuração territorial. Dessa forma, torna-se possível articular as dimensões socioculturais, psicológicas, simbólicas e existenciais que atravessam o processo migratório, aos aspectos concretos da experiência vivida, como as condições de inserção social e a qualidade de vida em suas múltiplas nuances, evidenciando a profundidade dos efeitos decorrentes da migração.

Essa definição evidencia que a dinâmica migratória não se limita ao deslocamento físico, mas envolve múltiplas implicações jurídicas, sociais e políticas (Organização Internacional para as Migrações [OIM], 2009). Sob perspectiva teórica, a migração apresenta três dimensões articuladas entre si: a espacial, que pressupõe a movimentação através de uma fronteira administrativa reconhecida; a temporal, relacionada à continuidade da permanência ao longo de determinado período; e a social, que implica alteração do estatuto ou do relacionamento do indivíduo com o meio envolvente, alcançando papéis sociais, vínculos institucionais e identidade relacional. Apenas quando essas três dimensões se verificam de forma simultânea é possível afirmar, com rigor conceitual, a ocorrência da migração propriamente dita (Cierco, 2017).

A Organização Internacional para as Migrações ressalta que a promoção de uma migração humana e ordenada beneficia tanto o migrante quanto a sociedade de acolhimento (OIM, 2009). No âmbito da produção científica, Nolasco (2016), ao interpretar a teoria clássica dos mercados de trabalho segmentados de Peter Doeringer e Michael Piore, sustenta que a imigração responde a necessidades estruturais das economias em expansão, permitindo o preenchimento de postos

rejeitados pela força de trabalho local e contribuindo para a flexibilidade do mercado laboral. Nesse sentido, o trabalho migrante pode assegurar a continuidade de determinados setores e dinamizar centros urbanos. Papademetriou (2008) acrescenta que uma gestão adequada das migrações possibilita ao Estado receptor suprir carências de mão de obra, incorporar capital humano já formado no exterior e ampliar ganhos de produtividade. Assim, a imigração pode operar como fator de equilíbrio econômico e funcional para a sociedade de destino. No Brasil, Nascimento concluiu que os venezuelanos contribuíram para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da Paraíba (Nascimento, 2025).

No âmbito conceitual, o glossário da Organização Internacional para as Migrações e a legislação brasileira estabelecem distinções relevantes. O termo migrante constitui categoria ampla que abrange pessoas que se deslocam voluntariamente para melhorar suas condições materiais e sociais (OIM, 2009), compreendendo, na legislação nacional, o imigrante, o emigrante e o apátrida (Brasil, 2017a; Brasil, 2017b). O imigrante é definido como a pessoa de outro país ou apátrida que se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil para trabalhar ou residir (OIM, 2009; Brasil, 2017a; Brasil, 2017b), ao passo que o emigrante corresponde ao brasileiro que se estabelece no exterior (Brasil, 2017a; Brasil, 2017b). O migrante econômico refere-se ao indivíduo que deixa seu país de origem visando melhorar sua qualidade de vida, distinguindo-se do refugiado por não se encontrar em situação de perseguição ou grave violação de direitos (OIM, 2009; Cierco, 2017). Já o migrante irregular ou indocumentado é aquele que não possui estatuto legal no país de trânsito ou acolhimento em razão de entrada irregular ou permanência além do prazo autorizado (OIM, 2009).

O conceito de refugiado, por sua vez, apresenta especificidade normativa. Trata-se da pessoa que, em razão de fundado receio de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora de seu país de origem e não pode ou não deseja valer-se da proteção estatal (OIM, 2009; Cierco, 2017). Diferentemente do imigrante comum, o refugiado é compelido ao exílio para escapar de ameaça à vida ou à liberdade, muitas vezes partindo de forma abrupta e sem possibilidade de escolha quanto ao destino (Cierco, 2017; Organização das Nações Unidas [ONU], 1951). A literatura ainda distingue o refugiado *de facto*, que não preenche estritamente os critérios da Convenção de 1951, mas não pode ou não deseja regressar ao seu país por razões

plausíveis (Cierco, 2017; OIM, 2009), e o refugiado *a posteriori*, cuja condição se configura em decorrência de acontecimentos supervenientes à sua saída do país de origem (OIM, 2009). Instrumentos regionais ampliaram essa proteção ao incluir situações de violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos ou violação maciça de direitos humanos (Cierco, 2017).

No campo das categorias correlatas, o asilo político constitui instituto discricionário do Estado destinado à proteção de estrangeiros perseguidos por crenças, opiniões ou delitos políticos, podendo assumir modalidade diplomática ou territorial (ONU, 1951; Brasil, 2017a; Brasil, 2017b; Organização Internacional para as Migrações, 2009; Cierco, 2017). A apatridia refere-se à condição da pessoa que não é considerada nacional por nenhum Estado segundo sua legislação, situação que implica ausência de proteção diplomática e insegurança quanto ao direito de permanência ou retorno (OIM, 2009; Brasil, 2017a; Brasil, 2017b).

No que se refere aos princípios fundamentais de proteção, destaca-se o *non-refoulement*, que proíbe a expulsão ou devolução de refugiado para território onde sua vida ou liberdade estejam ameaçadas, sendo reconhecido como norma imperativa do direito internacional (OIM, 2009; ONU, 1951). A integração corresponde ao processo pelo qual o migrante é aceito na sociedade de acolhimento, envolvendo responsabilidades compartilhadas entre o indivíduo, o Estado e a comunidade (OIM, 2009). A reunião familiar constitui direito assegurado ao migrante e ao refugiado de viver com seus dependentes, figurando como princípio orientador da política migratória brasileira (OIM, 2009; Brasil, 2017b).

A imigração revela-se, assim, fenômeno complexo, especialmente quando analisado em contextos históricos marcados pela intensificação dos fluxos globais. Sua compreensão exige abordagem interdisciplinar, mobilizando contribuições da antropologia, da sociologia e de outras áreas que permitam apreender tanto as dimensões estruturais quanto os processos subjetivos envolvidos no deslocamento humano. No âmbito desta pesquisa, o foco incide especificamente sobre migrantes venezuelanos, considerando suas trajetórias, processos de inserção e reorganização de vida no território de acolhimento. Nessa reorganização, a família constitui eixo estruturante, na medida em que concentra decisões, redistribui papéis, sustenta vínculos e opera como instância privilegiada de recomposição de pertencimento e de sentido no território.

Assim, a territorialidade, para além de sua dimensão concreta, manifesta-se no cotidiano das famílias migrantes, no qual vínculos, papéis e rotinas são reorganizados e passam a sustentar novas formas de pertencimento e de sentido no território de acolhida. Essa dimensão existencial pode ser aproximada da reflexão de Gabriel Marcel, para quem

é da alma, e somente da alma, que podemos dizer com suprema verdade que 'ser' (*being*) significa necessariamente 'estar a caminho' (*being on the way, en route*) (Marcel, 1951, p. 11, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a migração não se reduz ao deslocamento geográfico, mas remete a uma experiência humana de travessia, em que o território deixa de ser apenas espaço físico e passa a constituir lugar de reconstrução relacional e elaboração de sentido.

A população migrante é constantemente afetada pelo espaço, tanto em sua dimensão concreta quanto simbólica e existencial. Para examinar essa complexidade, recorre-se a autores da Geografia e da Arquitetura que elaboram o conceito de espaço sob diferentes perspectivas, entre os quais se destacam Milton Santos (2021; 2024), Eric Dardel (2011) e Kevin Lynch (1960). A partir desse eixo, também se torna possível dialogar com formulações que iluminam, de um lado, a dimensão existencial do deslocamento, em Gabriel Marcel (1951), e, de outro, a produção cotidiana do espaço, em Michel de Certeau (1994), mantendo o território e seus efeitos sobre a vida como problema central.

A relevância de Milton Santos para este estudo é inegável, visto que suas obras oferecem uma compreensão aprofundada da Geografia, especialmente por sua concepção de espaço como “conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima” (Santos, 2021, págs. 30-31). Eric Dardel, por sua vez, oferece um enquadramento filosófico da relação com o espaço, favorecendo um diálogo com a dimensão existencial (Dardel, 1952/2011). Nessa direção, Lynch já havia demonstrado que a qualidade da imagem ambiental ultrapassa a dimensão perceptiva, assumindo função estruturante na relação entre indivíduo e espaço. Ao sustentar que a imagem de um bom ambiente proporciona ao sujeito um sentimento relevante de segurança emocional e lhe permite estabelecer relação harmoniosa com o mundo exterior (Lynch, 1960, p. 14–15), o autor evidencia que a organização e a inteligibilidade do meio físico influenciam diretamente a

orientação, a estabilidade subjetiva e o bem-estar daquele que o vivencia. Assim, a legibilidade espacial configura-se como elemento central para a integração entre indivíduo e território, convergindo com a discussão desenvolvida neste estudo acerca da territorialidade e da experiência existencial. É nesse ponto de articulação entre materialidade territorial, experiência vivida e modos de significar o mundo que Marcel e Certeau podem ser aproximados: Marcel, ao permitir compreender o migrar como experiência de passagem e recomposição de sentido (Marcel, 1951), e Certeau, ao evidenciar que o espaço se realiza e se transforma nas práticas ordinárias de uso, circulação e apropriação (Certeau, 1994), dimensões que dialogam com as questões geográficas, sociais e humanas presentes nos processos migratórios.

Na contemporaneidade, diversos autores reconhecem a natureza interdisciplinar de temas cuja complexidade ultrapassa os limites de um único campo de saber. Nesse sentido, este estudo buscou abarcar diferentes esferas de análise, como sociologia, psicologia, filosofia e geografia, recorrendo a autores cujas obras se entrelaçam e dialogam sob múltiplas perspectivas. Pretende-se, assim, construir um quadro teórico coerente, capaz de contribuir para a compreensão das questões migratórias em sua complexidade. Nesse contexto, a leitura do território e de suas dinâmicas não exclui o plano do sentido nem o do cotidiano; ao contrário, permite compreender como a passagem migratória se inscreve na existência e se concretiza em práticas que refazem o espaço vivido, perspectiva desenvolvida por Marcel (1951) e Certeau (1994). Esta introdução, ao apresentar um amplo horizonte teórico relativo à migração, visa delinear um quadro de referência que favoreça a compreensão do migrante venezuelano no Brasil, tema específico da presente pesquisa. Com efeito, a problemática da migração é abrangente, razão pela qual pareceu indispensável a elaboração desse quadro de referência, entendendo-se que o objeto específico do estudo e, de maneira especial, as famílias entrevistadas constituem um ponto de convergência que evidencia nexos lógicos e oferece elementos para elucidar a migração de venezuelanos para o Brasil e os dados da pesquisa empírica colhidos em Salvador.

A questão de pesquisa, assim delineada, articula três eixos analíticos centrais: a territorialidade, compreendida em sua dimensão material e simbólica; a família, tomada como núcleo de reorganização relacional; e o sentido existencial, entendido como processo de elaboração da experiência migratória. Nessa perspectiva, a

investigação situa-se na interface entre Geografia, Psicologia, Sociologia e Filosofia, adotando uma abordagem interdisciplinar compatível com a complexidade do fenômeno migratório.

O delineamento e o processo do estudo permitiram aos pesquisadores identificar a amplitude de olhares, bem como as diversidades e nuances sociais que atravessam a população migrante. Inicialmente, houve certo estranhamento por parte do pesquisador ao abordar o tema sob esse prisma multidisciplinar, especialmente pela ótica das ciências humanas e sociais, uma vez que a formação em Psicologia, ainda que atenta à interdisciplinaridade, tende a priorizar o aprofundamento em sua própria ciência.

A delimitação do presente trabalho consistiu em revisão bibliográfica e pesquisa empírica, reunindo materiais sobre as condições dos migrantes sob uma perspectiva ampla e interdisciplinar, englobando aspectos sociais, antropológicos, filosóficos e psicológicos. Portanto, este estudo discutiu teorias e formulações oriundas da Geografia, assim como referências da Sociologia e da Psicologia, a exemplo de Stuart Hall (2006) e Viktor Frankl (2022). Esses referenciais contribuem significativamente para a compreensão das vivências dos migrantes, uma vez que exploram temas como cultura, questões sociais, senso de identidade, relações interpessoais e sentido de vida (Hall, 2006; Frankl, 2022). Nessa perspectiva, a dimensão existencial implicada no ato de migrar pode ser compreendida à luz de Marcel (1951), enquanto as práticas concretas que organizam a vida no território e estruturam a experiência cotidiana de inserção podem ser lidas em diálogo com Certeau (1994).

França e Barbato (2019) abordam como a diáspora pode provocar um choque cultural, uma vez que, muitas vezes, as relações estabelecidas são ambivalentes. Nesse processo, os indivíduos coexistem e se influenciam mutuamente, pois a coexistência é intrínseca à cultura (França; Barbato, 2019). Destaca-se, portanto, a relevância da imigração no processo contínuo de gestão social, fenômeno presente tanto em escala global quanto no contexto brasileiro. Nesse sentido, a diversidade é inerente à própria natureza civilizatória e não pode ser dissociada do desenvolvimento humano. Assim, cada indivíduo pode ocupar uma posição de protagonismo no meio em que está inserido, contribuindo de maneira singular para a cultura local. Nessa direção, Certeau (1994) permite compreender como esse protagonismo se materializa nos usos do espaço, nos percursos e nas formas de

apropriação do cotidiano, enquanto Marcel (1951) oferece uma chave de leitura para a conexão entre ambivalência cultural e experiência pessoal de passagem e recomposição de sentido.

O conceito de diáspora é explorado frequentemente por Stuart Hall. No entanto, no que diz respeito ao autor, serão aprofundados os conceitos de “Identidade”, presentes na obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (1992), e de “Hibridação Cultural”, pertinentes ao contexto migratório e abordados no texto *Cultural Identity and Diaspora* (Hall, 2006). Além disso, é necessário destacar a relevância do conceito de território de Milton Santos, o qual dialoga diretamente com o universo dos migrantes. Tal conceito é fundamental para compreender as transformações inerentes ao processo migratório (Santos, 2021; Santos, 2024). Portanto, esses autores são fundamentais para a compreensão do fenômeno da migração, tanto sob a ótica das relações de poder quanto na perspectiva da constituição do senso de identidade (Hall, 2006; Santos, 2021; Santos, 2024). Em continuidade com esse raciocínio, a identidade pode ser compreendida não apenas como categoria sociocultural, mas também como questão de sentido no curso da existência, em diálogo com Marcel (1951), ao passo que as formas de habitar e utilizar o território podem ser relacionadas às práticas cotidianas analisadas por Certeau (1994).

A Psicologia, em sua dimensão interdisciplinar, contribui significativamente para o escopo multifacetado deste trabalho, uma vez que suas nuances transcendem o campo sociológico associado ao contexto sociopolítico e abrangem igualmente a dimensão psicológica intrínseca ao ato de migrar. Autores como Viktor Frankl, Milton Santos e Stuart Hall mostram-se imprescindíveis para a revisão proposta, não apenas por suas contribuições conceituais, mas também pela relevância de suas reflexões para a compreensão das transformações subjetivas e socioculturais associadas às migrações (Frankl, 2022; Santos, 2021; Santos, 2024; Hall, 2006). Retomando as bases teóricas, destaca-se a necessidade de aprofundar a literatura de Milton Santos, em que suas obras abrangem dinâmicas sociais vinculadas à globalização e abarcam conceitos fundamentais como espaço, técnica e território (Santos, 2021; Santos, 2024). Nesse mesmo plano interdisciplinar, a dimensão subjetiva do migrar como passagem pode ser aprofundada a partir de Marcel (1951), ao passo que a leitura do cotidiano como mediação entre estruturas sociais e vida vivida aproxima-se das reflexões de Certeau (1994).

No processo de revisão, foram identificadas diversas produções científicas que acolheram e dialogaram com o universo teórico de Milton Santos e Stuart Hall. Contudo, observa-se a necessidade de incorporar outros teóricos, como Giancarlo Petrini (Petrini, 2009; Petrini *et al.*, 2012), Rafael Fornasier (Fornasier, 2018a) e Elaine Rabinovich e Eda Terezinha (Rabinovich; Tassara, 2007), cujas contribuições permitem aprofundar, em especial, a compreensão da família em sua dimensão relacional, antropológica e social. Nesse movimento, Marcel e Certeau contribuem para que a análise não se restrinja a um único plano, articulando a passagem e suas implicações existenciais aos modos cotidianos de fazer e refazer o espaço, em consonância com a perspectiva interdisciplinar assumida (Marcel, 1951; Certeau, 1994).

Logo, o presente estudo objetiva ampliar o repertório explicativo dos processos de identificação e subjetivação de migrantes venezuelanos e suas famílias na busca do sentido existencial pela territorialidade. Especificamente, busca-se: a) analisar como o processo migratório interfere nas dinâmicas das relações familiares dos venezuelanos; b) compreender o processo de adaptação das famílias migrantes venezuelanas em relação ao território da cidade de Salvador (BA); c) investigar como se desenvolve a alteridade nas relações familiares e comunitárias dos migrantes venezuelanos; e d) analisar o amparo legal destinado a migrantes e refugiados na cidade de Salvador (BA), bem como o grau de abertura das universidades locais para o acesso dessa população ao ensino superior.

## **2 QUESTÃO DE PESQUISA**

### **Como a territorialidade participa da construção do sentido existencial das famílias venezuelanas no contexto migratório da cidade de Salvador?**

A adaptação, neste estudo, não é compreendida como simples ajustamento funcional a um novo espaço físico ou a um conjunto de normas sociais. Parte-se da premissa de que migrar não se reduz a um deslocamento geográfico, mas implica uma reorganização das condições de pertencimento, identidade e sentido. Nessa perspectiva, a territorialidade é entendida como categoria que articula dimensões materiais, simbólicas e existenciais do espaço vivido, conforme discutido por Santos (2021, 2024), Dardel (2011) e Lynch (1960).

A territorialidade não corresponde apenas ao território enquanto delimitação administrativa ou infraestrutura urbana. Ela envolve relações, práticas e significações que se produzem no cotidiano. Nesse ponto, dialoga-se com Certeau (1994), para quem o espaço se realiza nas práticas ordinárias de uso, circulação e apropriação, e com Marcel (1951), que permite compreender o migrar como experiência de passagem e recomposição de sentido. Assim, a questão central da pesquisa não indaga apenas se o território influencia o migrante, mas de que modo a experiência territorial se articula à construção do sentido existencial das famílias.

A migração envolve igualmente uma dimensão cultural. Conforme Hall (2006), identidade não é essência fixa, mas processo de construção situado histórica e discursivamente. O sujeito migrante transporta consigo referenciais culturais, memórias, formas de pertencimento e expectativas que são tensionadas no encontro com o novo território. Esse processo pode gerar desterritorialização e reterritorialização simbólica, produzindo reconfigurações identitárias e familiares.

No caso das famílias migrantes, essa reconstrução não ocorre de maneira isolada, mas no interior de vínculos que sustentam pertencimento, memória e continuidade biográfica. Nessa direção, a abordagem relacional da família, presente em Fornasier (2018a) e Petrini (2009; Petrini *et al.*, 2012), permite compreendê-la não apenas como unidade doméstica, mas como mediação antropológica e social na elaboração de sentidos diante da ruptura territorial e da necessidade de reorganização da vida no contexto migratório.

Sob o ponto de vista existencial, a migração pode ser compreendida como experiência liminar que convoca o sujeito à reconstrução de sentido, categoria central na logoterapia de Frankl (2022). O sentido não é dado previamente pelo espaço, mas construído na relação entre sujeito, território e comunidade. Nesse quadro, a territorialidade pode operar como condição facilitadora ou tensionadora da elaboração de sentido.

O crescimento da imigração venezuelana na última década impõe a necessidade de examinar o processo de adaptação para além de seus aspectos socioeconômicos e administrativos. A adaptação migratória envolve reconfigurações identitárias, simbólicas e existenciais que repercutem nas dinâmicas familiares e na forma como o território é vivido. Assim, torna-se relevante investigar não apenas as condições objetivas de inserção social, mas também os processos subjetivos pelos

quais as famílias constroem sentido em meio à desterritorialização e à reterritorialização.

A literatura aponta que a experiência diaspórica frequentemente desencadeia choque cultural e ambivalência relacional. Barbato e França (2019) sustentam que a diáspora implica coexistência e implicação mútua entre grupos, uma vez que a cultura se constitui na relação. Nesse processo, a identidade é configurada na interação com o outro, o que torna a adaptação migratória fenômeno simultaneamente individual e coletivo. O preconceito, quando presente, pode emergir como expressão de inseguranças sociais, afetando a inserção do migrante no território (Motta; Sperber, 2022).

Pesquisas empíricas corroboram essa complexidade. Becker e Borges (2015), ao investigarem cinco famílias migrantes, identificaram que a adaptação, embora atravessada por obstáculos, foi favorecida pelo apoio afetivo de terceiros e pela centralidade da religião como instância de pertencimento. Destacaram ainda que a não aquisição da língua dificulta a inserção social, visto que a linguagem constitui não apenas instrumento comunicativo, mas também mecanismo de integração simbólica a um grupo (Becker; Borges, 2015).

Não obstante os avanços mencionados, observa-se que parte significativa da produção acadêmica sobre migração tende a privilegiar indicadores socioeconômicos, políticas públicas de acolhimento ou aspectos culturais gerais da adaptação, permanecendo ainda incipiente a articulação sistemática entre territorialidade vivida, dinâmica familiar e produção de sentido existencial no contexto específico da imigração venezuelana em Salvador, Bahia. Em especial, carecem de aprofundamento estudos qualitativos que integrem a dimensão do território usado, enquanto espaço de práticas cotidianas e relações de poder, à análise dos processos subjetivos de identificação e reconstrução de significado experimentados pelas famílias migrantes. Tal lacuna evidencia a necessidade de investigações que, para além da descrição das condições objetivas de inserção, examinem como o espaço de acolhida participa da recomposição de vínculos, das estratégias de enfrentamento e da construção de pertencimento, contribuindo para uma compreensão mais densa e interdisciplinar da experiência migratória.

No plano existencial, a fundamentação teórica encontra respaldo na logoterapia de Frankl (2022), que rejeita concepções reducionistas do ser humano. Para o autor, embora o indivíduo esteja inserido em condicionantes históricos,

sociais e psicológicos, não se esgota neles. A existência humana inclui a dimensão noética, caracterizada pela liberdade de posicionamento frente às circunstâncias. A migração, ainda que envolva perdas, rupturas e vulnerabilidades, não determina de forma absoluta o sentido da vida do sujeito. Ao contrário, abre a possibilidade de reconstrução responsável de significado. Essa perspectiva é particularmente pertinente quando se analisa o impacto da territorialidade na experiência migratória, pois permite compreender o território não como fator determinante isolado, mas como contexto diante do qual o sujeito exerce liberdade e responsabilidade.

Diante desse quadro, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar o repertório explicativo acerca dos processos de identificação e subjetivação de migrantes venezuelanos em Salvador. A investigação foi conduzida por meio de revisão bibliográfica interdisciplinar e entrevistas com famílias migrantes, buscando compreender como a experiência territorial se articula à elaboração de sentido existencial no contexto da migração.

Ao examinar medos, resiliências e estratégias de inserção territorial, o estudo busca compreender como as famílias elaboram sua experiência migratória e como a territorialidade participa da construção de sentido existencial. Espera-se que os resultados contribuam para a reflexão acadêmica interdisciplinar e ofereçam subsídios às instituições públicas e privadas envolvidas na gestão da imigração venezuelana em Salvador, reforçando a importância de políticas que considerem não apenas a dimensão material da inserção, mas também os processos subjetivos que sustentam o pertencimento e a dignidade humana.

## **4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **4.1 FLUXO MIGRATÓRIO: DADOS**

Em decorrência da crise política venezuelana e da relativa acessibilidade ao território brasileiro, o fluxo migratório intensificou-se de forma expressiva. Esse pano de fundo quantitativo e institucional delimita as condições materiais em que os rearranjos existenciais e relacionais discutidos anteriormente se tornam concretamente vividos no território de acolhida. Inicialmente, contudo, verificou-se insuficiência de recursos e ausência de políticas públicas estruturadas capazes de responder adequadamente à demanda emergente.

Ao longo da última década, a migração venezuelana consolidou-se como o principal fluxo migratório internacional direcionado ao Brasil. Entre 2015 e 2024, registraram-se 266.862 solicitações de refúgio por parte de venezuelanos, configurando o maior contingente de solicitantes da história recente do país (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR], 2025). O Censo Demográfico de 2022 indicava 271,5 mil venezuelanos residentes no território nacional, número que permaneceu expressivo nos anos subsequentes em razão da persistência da crise humanitária, econômica e política na Venezuela.

No ano de 2024, o Brasil recebeu 194.331 novos migrantes, majoritariamente venezuelanos, o que reafirma a centralidade desse fluxo no cenário migratório contemporâneo (Agência Brasil, 2025). A mobilidade não se restringe ao ingresso pela fronteira norte. Desde 2018, com a implementação da Operação Acolhida, mais de 132 mil venezuelanos foram interiorizados para diferentes municípios brasileiros, ampliando possibilidades de inserção social e econômica (ACNUR, 2024).

No campo da proteção internacional, em 2024 foram concedidos 13.632 reconhecimentos de refúgio, majoritariamente a venezuelanos (MJSP/Conare, 2024–2025). Esse dado evidencia a relevância da dimensão jurídico-institucional na configuração contemporânea do fluxo migratório venezuelano no Brasil.

Quanto à integração socioeconômica, os dados também indicam movimento relevante. No primeiro trimestre de 2024, 11.558 venezuelanos ingressaram no mercado formal de trabalho. Desde 2012, acumulam-se mais de 136.700 contratações formais, representando dado significativo para a análise das condições de autonomia e sustentabilidade das famílias no território brasileiro (ACNUR, 2024).

A atuação humanitária também se amplia por meio de iniciativas como as desenvolvidas pelo UNICEF, que oferecem suporte alimentar, educacional, higiênico e psicossocial a crianças, adolescentes e suas famílias. Essas ações reforçam a necessidade de abordagem integral da migração, contemplando não apenas aspectos materiais, mas também dimensões afetivas e relacionais estruturantes da vida familiar.

No âmbito estadual, a criação do Comitê Estadual Intersetorial de Migrações, Apatridia e Refúgio da Bahia (CEIMAR-BA), instituído em 2025, insere-se no processo de estruturação de políticas públicas voltadas ao acolhimento e à integração de migrantes, refugiados e apátridas no território baiano (Bahia, 2025). Concebido como órgão intersetorial, reúne representantes governamentais,

organismos internacionais e sociedade civil, com a finalidade de articular ações, produzir diagnósticos e coordenar a implementação de um Plano Estadual de Políticas para Migrantes, Apátridas e Refugiados (Bahia, 2025).

O CEIMAR-BA configura, assim, espaço de governança compartilhada orientado ao desenvolvimento de políticas de acolhimento, garantia de direitos, integração socioeconômica e promoção da convivência intercultural. Para este estudo, sua importância reside em compor o contexto institucional em que se inserem as possibilidades concretas de reorganização da vida familiar em Salvador.

Para além de sua dimensão administrativa, a existência do CEIMAR-BA indica a presença de uma articulação intersetorial voltada ao tratamento da migração em sua complexidade. Tal articulação aproxima-se de abordagens que compreendem a integração não apenas como regularização jurídica, mas como processo que envolve pertencimento, redes de apoio, vínculos cotidianos e reconstrução de sentido no território.

Nesse cenário, os dados quantitativos e os arranjos institucionais não constituem apenas indicadores administrativos, mas compõem o pano de fundo material sobre o qual as famílias reorganizam seus vínculos, estratégias e projetos de vida no território de acolhida.

#### 4.2 MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL

A migração venezuelana para o Brasil intensificou-se com maior expressividade a partir de 2015, com picos entre 2016 e 2018 (Oliveira, 2019; Rocha; Ribeiro, 2018; Alves, 2024). Esse movimento associa-se ao agravamento da crise econômica, política e social na Venezuela, fortemente condicionado pela dependência estrutural da economia petrolífera, responsável por aproximadamente 90% a 96% das exportações nacionais (Alves, 2024, p. 106). A queda no preço internacional do barril de petróleo, que passou de cerca de US\$ 108 em janeiro de 2014 para aproximadamente US\$ 62 em dezembro do mesmo ano, produziu impacto direto na arrecadação estatal e resultou em retração de cerca de 4% do Produto Interno Bruto venezuelano ainda em 2014 (Oliveira, 2019; Rocha; Ribeiro, 2018).

O cenário econômico foi agravado pela instabilidade institucional decorrente do adoecimento e falecimento de Hugo Chávez, em 2013, seguido por incertezas políticas, repressão a lideranças opositoras e intensificação de conflitos internos,

culminando em manifestações expressivas ao longo de 2017. Como efeitos sociais diretos, registraram-se escassez generalizada de alimentos e medicamentos, hiperinflação persistente, aumento do desemprego e colapso progressivo do sistema de saúde, fatores que comprometeram as condições de vida da população e configuraram elementos centrais de expulsão migratória (Oliveira, 2019; Alves, 2024).

Nesse contexto, a produção acadêmica tem caracterizado a migração venezuelana como processo de natureza forçada, decorrente da impossibilidade concreta de manutenção das condições mínimas de vida no país de origem. Segundo Oliveira (2019), o agravamento simultâneo das crises econômica, social e institucional converteu a emigração em estratégia de sobrevivência, afastando sua interpretação como escolha voluntária ou projeto migratório previamente planejado. Nessa perspectiva, o autor afirma: “Aqui, esses deslocamentos serão tratados como migração laboral, forçada por uma crise humanitária descomunal que tem raízes em problemas políticos, econômicos e sociais” (Oliveira, 2019, p. 220).

Importa destacar que a caracterização da migração venezuelana como “forçada”, tal como utilizada na literatura citada, possui caráter analítico e sociológico, não correspondendo automaticamente à categoria jurídica de refúgio prevista no direito internacional. No contexto brasileiro, os indivíduos provenientes da Venezuela podem assumir diferentes condições migratórias, como migrantes por residência, solicitantes de refúgio ou refugiados reconhecidos. Assim, a noção de migração forçada empregada neste trabalho refere-se às condições estruturais que impulsionam o deslocamento, sem implicar equivalência automática com o estatuto jurídico de refugiado.

Nascimento (2025, p. 2) sustenta que “a migração venezuelana não se apresenta como escolha, mas como uma necessidade imposta por condições extremas que ameaçam a sobrevivência e a dignidade humana”. O autor destaca os impactos sobre populações vulneráveis, com níveis alarmantes de desnutrição infantil: “é possível perceber que a maioria (mais de 70%) dessas crianças chegam/chegaram ao Brasil com diagnóstico de desnutrição” (Nascimento, 2025, p. 7), agravamento de doenças e colapso dos serviços básicos de saúde, reforçando o caráter humanitário e compulsório do fluxo migratório. Rocha e Ribeiro (2018, p. 548) também descrevem tratar-se de “uma migração eminentemente terrestre, o que demonstra o caráter precário e emergencial em que ela ocorre”, sobretudo com

marcador de “baixo nível de segurança e elevado grau de vulnerabilidade” (Rocha; Ribeiro, 2018, p. 548).

No território brasileiro, o ingresso ocorre predominantemente pela fronteira norte, a partir de 2015, pelo município de Pacaraima, no estado de Roraima. Diante das limitações estruturais dessa localidade, grande parte dos migrantes desloca-se para Boa Vista, onde se concentra o contingente recém-chegado (Rocha; Ribeiro, 2018; Oliveira, 2019). A intensificação do fluxo excedeu a capacidade de recepção local, gerando sobrecarga nos serviços públicos, especialmente nas áreas de saúde e assistência social. Tal impacto foi agravado pelas características estruturais de Roraima, estado com baixa densidade populacional, reduzida capacidade fiscal e economia pouco diversificada (Rocha; Ribeiro, 2018).

Paralelamente, houve a circulação de informações imprecisas e discursos alarmistas, especialmente por autoridades locais, que superdimensionaram os números de entrada e apresentaram a migração como ameaça à ordem social. Segundo Oliveira (2019), esses dados foram reificados e instrumentalizados politicamente, contribuindo para a construção do migrante venezuelano como o “outro indesejável”, o que favoreceu estigmatização e episódios de xenofobia, sobretudo em Pacaraima. “As consequências práticas do discurso negativo foi produzir, numa parcela da população local, uma certa aversão ao venezuelano, que passava a ser visto como o ‘outro indesejável’” (Oliveira, 2019, p. 223).

A integração do migrante, contudo, não se limita às dimensões institucionais formais, estando vinculada à produção de sentido no território de acolhida. A partir da geografia humanista, Alves (2023), ao dialogar com Holzer (1999), sustenta que:

[...] o conteúdo dos lugares é o mesmo conteúdo do ‘mundo’: ambos são produzidos pela consciência humana e por sua relação intersubjetiva com as coisas e com os outros. [...] A preocupação dos geógrafos humanistas, seguindo os preceitos da fenomenologia, foi de definir o lugar enquanto uma experiência que se refere essencialmente ao espaço como é vivenciado pelos seres humanos. Um centro gerador de significados” (Holzer, 1999, p. 70, *apud* Alves, 2023, p. 108).

Nessa perspectiva, o lugar não corresponde apenas a uma localização geográfica, mas a uma experiência construída intersubjetivamente. No contexto migratório, as relações sociais, os vínculos afetivos e as experiências cotidianas são elementos que podem transformar um espaço inicialmente desprovido de significado em território de pertencimento.

Nesse processo, redes familiares, sociais e digitais desempenham papel central. Os vínculos com familiares e conhecidos organizam a permanência e facilitam o acesso a recursos essenciais. Dados indicam que aproximadamente 56,4% dos migrantes venezuelanos viajam acompanhados de familiares, o que favorece vínculos mais estáveis e influencia decisões de permanência (Nascimento, 2025; Alves, 2023). Alves (2023, p. 109), ainda, hipotetiza que “na migração venezuelana a formação identitária com o território brasileiro, ou seja, criar vínculos e permanecer no país, pode ser mais fácil quando o sujeito está acompanhado pela família ou por um coletivo de parentes e amigos”.

O papel das redes sociais revela-se, portanto, estruturante nesse processo. Marandola Jr. e Gallo (2010) mostram que os vínculos familiares e afetivos influenciam a relação com os lugares e participam da construção da identidade e do pertencimento no contexto migratório. Em formulação convergente, Figueredo e Veiga (2018) sustentam que os sistemas migratórios se processam fundamentalmente por meio das redes sociais, o que permite compreender o migrante como sujeito inserido em conjuntos relacionais.

No caso da migração venezuelana, a presença de familiares ou de redes previamente estabelecidas tende a facilitar a formação identitária com o território brasileiro e a decisão de permanência. Essa dinâmica aproxima-se da noção de “território de migrantes”, proposta por Marandola Jr. e Gallo (2010), segundo a qual “esses lugares se configuram como base e fundamento das redes sociais estabelecidas por eles”, sendo que a preservação da identidade e do pertencimento conduz à edificação gradual de “lugares próprios”, possibilitando o enraizamento no novo território.

Nesse ponto, as condições macroinstitucionais de recepção e interiorização tornam-se experiências vividas, pois é no cotidiano e na reorganização dos vínculos familiares que o território de acolhida se converte em pertencimento e em reconstrução de sentido.

#### 4.3 A FAMÍLIA NA ABORDAGEM RELACIONAL

É nesse plano relacional do cotidiano que a família pode ser examinada como instância mediadora do pertencimento e da continuidade biográfica. Nessa direção, Fornasier (2018b, p. 100) propõe assumir a família como *locus anthropologicus*, isto é, como mediação do conhecimento do ser humano sobre si mesmo. Em

consonância com essa perspectiva, o autor ressalta que a narração que a família faz de si, ao tecer a trama de sua memória e de sua tradição, sintetiza continuamente a sequência dos tempos (Fornasier, 2018b, p. 104). A família aparece, assim, não apenas como unidade de convivência, mas como espaço de reconhecimento, transmissão simbólica e elaboração de continuidade existencial.

A Teoria Relacional, desenvolvida por Pierpaolo Donati (2008), desloca o eixo analítico da estrutura para a relação, compreendendo a sociedade como tecido de vínculos e a família como forma relacional originária. Nessa perspectiva, a família não é mero agregado funcional nem simples arranjo afetivo privado, mas realidade social geradora de bens relacionais, identidade e integração social. Trata-se, portanto, de compreendê-la como mediação constitutiva entre pessoa e sociedade.

Em consonância com Donati, Petrini (2009, p. 116) afirma que “A família constitui um recurso para a pessoa e para a sociedade”. Essa formulação não expressa apenas juízo normativo, mas reconhecimento sociológico de que a família opera como mediação entre indivíduo e estrutura social. No mesmo horizonte, Petrini (2009, p. 114) sustenta que “A família representa o habitat mais adequado para acolher o ser humano na etapa inicial de sua aventura terrena, mas também nas diversas circunstâncias de sua história”, ressaltando seu papel na sustentação da trajetória humana ao longo do tempo.

Ao explicitar o fundamento antropológico da família, Petrini (2009, p. 114) afirma que “Na família encontram-se os elementos fundamentais da identidade simbólica do indivíduo enquanto ser humano”. A centralidade da família não decorre apenas do apoio afetivo ou material que oferece, mas de sua função estruturante na constituição simbólica da pessoa. É também nesse sentido que Petrini (2009, p. 115) sustenta que “A família é constituída de relações que nascem da intimidade e que estendem a sua influência direta ou indireta à convivência social”. A dimensão relacional da família, assim, ultrapassa o espaço doméstico e alcança a vida social em sentido mais amplo.

Essa concepção remete diretamente à categoria donatiana de bens relacionais. Segundo Petrini (2009, p. 115), “Em qualquer contexto social, a família pode oferecer alguns bens que dependem dos vínculos que se estabelecem entre os seus membros por causa da natureza específica de suas relações”. Tais bens são definidos como “a paternidade, a maternidade, a filiação, a fraternidade, que vão além do afeto, do apoio mútuo e da proteção” (Petrini, 2009, p. 115). A família,

portanto, não apenas abriga relações; ela produz formas específicas de vínculo que sustentam identidade, reconhecimento e integração social.

A articulação entre estrutura relacional e ação humana é aprofundada por Petrini *et al.* (2012), ao distinguirem dois níveis fundamentais da experiência social: projeto de vida e estratégias de sobrevivência. Mais especificamente, “entendeu-se por projeto de vida uma perspectiva de futuro que contempla a possibilidade de crescimento formativo e de acesso a um patamar de inserção na sociedade superior ao atual, conscientemente assumido e sistematicamente percebido” (Petrini *et al.*, 2012, p. 166). Por outro lado, “define-se por estratégias de sobrevivência o desenvolvimento de atividades marcadas pelo caráter ocasional ou circunstancial pelas quais as pessoas se voltam para alcançar o mínimo indispensável à sobrevivência” (Petrini *et al.*, 2012, p. 166).

No contexto da migração venezuelana, essa distinção ilumina a tensão entre adaptação imediata e reconstrução existencial de longo prazo. A ruptura territorial não elimina a dimensão relacional constitutiva da família; ao contrário, exige sua reorganização simbólica e prática. Em situações de deslocamento, precariedade e instabilidade, a família pode ser convocada tanto a sustentar estratégias imediatas de sobrevivência quanto a preservar, reconstruir ou redefinir projetos de vida.

Nessa mesma direção, Fornasier (2018b, p. 105) observa que “Ao longo de sua história, a ideia ocidental de família incorpora um paradigma de humanidade segundo o qual o homem tem uma identidade relacional generativa”. O autor acrescenta que “A relação é o lugar da primária e insubstituível experiência do bem, na forma do reconhecimento” (Fornasier, 2018b, p. 109). Essas formulações reforçam a compreensão de que a família não se reduz a arranjo privado, mas constitui espaço de geração de sentido, reconhecimento e pertencimento.

Assim, a abordagem relacional permite compreender que a migração não se reduz a deslocamento espacial, mas envolve reconfiguração dos vínculos que sustentam identidade, pertencimento e projeto de vida. A família emerge, nesse quadro, como forma social primária e geradora de sentido, desempenhando papel decisivo na mediação entre ruptura territorial, continuidade biográfica e reconstrução existencial.

#### 4.4 PROBLEMÁTICA EXISTENCIAL

Viktor Frankl, criador da Logoterapia e da Análise Existencial, desenvolveu uma compreensão do ser humano centrada na busca de sentido como dimensão estruturante da existência. Sua abordagem, reconhecida como a terceira escola vienense de psicoterapia, desloca o foco da causalidade psíquica para o posicionamento do sujeito diante das circunstâncias que o atravessam. Tal perspectiva constitui importante fundamento teórico para a compreensão da experiência migratória, na medida em que permite examinar como o sujeito responde existencialmente às rupturas, perdas e exigências impostas pelo deslocamento.

A formulação frankliana ganha especial densidade à luz de sua experiência em campos de concentração durante o Holocausto, contexto em que observou os efeitos da perda de sentido e, simultaneamente, a possibilidade de sua reconstrução mesmo em meio ao sofrimento extremo. Nesse horizonte, afirma: “A única coisa que sobrou é ‘a última liberdade humana’ – a capacidade de escolher a atitude pessoal que se assume diante de determinado conjunto de circunstâncias” (Frankl, 2022, p. 7). A formulação sintetiza o núcleo da dimensão noética, entendida como capacidade propriamente humana de encontrar sentido diante da adversidade e de posicionar-se frente às circunstâncias.

Frankl sustenta que a busca pelo sentido produz uma tensão específica, distinta da concepção de saúde psíquica como simples equilíbrio interior (Frankl, 2022). Tal tensão constitui expressão da orientação existencial do sujeito e se intensifica quando o sofrimento é compreendido dentro de um horizonte de significado. Nesse sentido, afirma:

Até aqui mostramos que o sentido da vida sempre se modifica, mas jamais deixa de existir. De acordo com a logoterapia, podemos descobrir este sentido na vida de três diferentes formas: 1. criando um trabalho ou praticando um ato; 2. experimentando algo ou encontrando alguém; 3. pela atitude que tomamos em relação ao sofrimento inevitável (Frankl, 2022, p. 135).

Essa passagem articula-se aos pilares da Logoterapia, quais sejam, liberdade de vontade, vontade de sentido e sentido de vida, pelos quais o ser humano é compreendido como capaz de responder às condições da existência sem reduzir-se inteiramente a elas (Frankl, 2022). A conhecida referência a Nietzsche reforça essa

compreensão: “Quem tem por que viver suporta quase qualquer como” (Frankl, 2022, p. 7).

No tocante aos valores, sobressai o valor de criação, relacionado ao desenvolvimento de algo novo e à produção de transformações na vida dos outros. O trabalho pode ser compreendido como expressão concreta dessa dimensão, na medida em que permite ao sujeito transcender a si mesmo e voltar-se ao mundo. Ao lado dele, o valor de experiência e o valor de atitude compõem, em Frankl, as principais vias pelas quais o sentido pode ser descoberto e assumido.

Essa perspectiva dialoga com a reflexão de Gabriel Marcel acerca da condição humana como travessia. No prefácio de *Homo Viator*, afirma: “Perhaps a stable order can only be established on earth if man always remains acutely conscious that his condition is that of a traveller.” Tradução nossa: “Talvez uma ordem estável só possa ser estabelecida na terra se o homem permanecer sempre agudamente consciente de que sua condição é a de um viajante” (Marcel, 1951, p. 7, tradução nossa). A metáfora do viajante desloca a compreensão da existência da fixidez para o percurso, enfatizando consciência, responsabilidade e esperança.

No contexto migratório, essa aproximação entre Frankl e Marcel permite compreender que o deslocamento não se resume a mudança espacial, mas envolve experiência de passagem, ruptura e reposicionamento subjetivo. O migrante é convocado a responder às exigências do novo contexto sem que o território, por si só, determine o sentido de sua trajetória. A responsabilidade existencial manifesta-se, assim, na forma como o sujeito interpreta as circunstâncias vividas e se posiciona diante delas.

Rabinovich e Tassara (2007, p. 4) contribuem para essa discussão ao afirmarem que “Esta compatibilidade seria expressão da capacidade estratégica do migrante em conseguir retirar, das condições materiais e não-materiais a ele acessíveis, elementos para direcionar suas ações na busca de consecução de suas metas”. Essa formulação permite compreender que a experiência migratória não se reduz à exposição passiva a condições externas, mas envolve capacidade de mobilização subjetiva, leitura de contexto e reorganização de metas diante das possibilidades concretas disponíveis. O repertório do sujeito migrante, nesse sentido, precisa dialogar com seus anseios e com os recursos acessíveis na nova geografia.

Esse sistema atitudinal, inscrito em contexto psicossocial, articula dimensões sociológicas, antropológicas e psicológicas, instrumentalizando a análise de sujeitos migrantes concretos (Rabinovich; Tassara, 2007, p. 4). A migração pode, assim, ser compreendida como situação em que perdas, expectativas, vulnerabilidades e projetos de vida se entrelaçam, exigindo do sujeito e de sua família não apenas adaptação prática, mas elaboração existencial.

Shirin Rahgozar (2020) enfatiza que múltiplas variáveis precisam ser consideradas ao analisar a experiência migratória sob o viés da Logoterapia. O deslocamento implica desafios psicológicos e sociais, podendo desencadear questões existenciais. Modelos tradicionais de enfrentamento podem revelar-se insuficientes quando desconsideram aspectos singulares da experiência migratória, como o papel do otimismo, da confiança e da construção da esperança (Rahgozar, 2020). Torna-se, portanto, fundamental adotar abordagem flexível e abrangente, considerando como a estrutura do novo território afeta e é afetada pela experiência subjetiva da família migrante.

Assim, a problemática existencial da migração não se limita ao sofrimento decorrente da ruptura, mas envolve também a possibilidade de reconstrução de sentido. A perspectiva frankliana permite compreender que, mesmo em contextos de vulnerabilidade, o sujeito permanece capaz de assumir atitude diante das circunstâncias, mobilizando valores, vínculos e projetos no processo de reorganização da vida. No caso das famílias migrantes, essa elaboração existencial ocorre sempre em interação com as condições concretas do território e com os vínculos que sustentam pertencimento, continuidade e esperança.

#### 4.5 SUPORTE BIOPSIKOSSOCIAL: PLATAFORMAS DIGITAIS

No contexto da migração venezuelana, a adaptação no território de acolhida não depende apenas de respostas presenciais e institucionais tradicionais, mas também de instrumentos digitais que orientam o acesso a direitos, serviços e redes de apoio. Nesse cenário, as plataformas digitais passam a integrar o cotidiano das famílias migrantes, funcionando como mediação relevante entre necessidades concretas e recursos disponíveis no novo território.

Destaca-se, nesse contexto, pesquisa realizada pela UNICEF em 2021, reportada em documento de 2023, que investigou os impactos do processo migratório e da diáspora na saúde mental da população venezuelana. Tais

experiências não se restringem ao plano individual, mas atravessam a organização familiar, influenciando decisões, rotinas e estratégias de permanência no território.

No que se refere à pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), ressalta-se que o levantamento foi aplicado durante o Dia Internacional da Saúde Mental, em 10 de outubro, por meio da plataforma U-Report Uniendo Voces. Essa iniciativa visa orientar jovens venezuelanos sobre seus direitos, bem como fornecer informações relevantes acerca do país de acolhida. A plataforma, fruto de parceria entre a UNICEF e outras organizações, foi desenvolvida com o intuito de melhor atender à população migrante (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2023).

A análise dos dados coletados por meio da plataforma revelou alta incidência de relatos de angústia e ansiedade entre os participantes: estima-se que 8 em cada 10 pessoas tenham relatado algum impacto em sua saúde mental. Em uma amostra de 334 participantes, a ansiedade foi apontada em 19% das respostas, tristeza em 16% e gratidão em 18%. A busca por moradia foi indicada como empecilho para a estabilidade emocional em 17% dos casos, enquanto a estabilidade financeira apareceu em 11% das respostas (UNICEF, 2023). Esses dados sugerem que fatores diretamente vinculados à inserção territorial, como moradia e trabalho, podem repercutir na estabilidade emocional e, por extensão, na organização familiar e na possibilidade de consolidação de vínculos no território de acolhida.

A U-Report Uniendo Voces integra uma estrutura mais ampla, enquadrando-se na Plataforma Regional de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), sob responsabilidade do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM). O objetivo dessa plataforma é coordenar as agências da ONU para garantir o acesso a direitos, serviços básicos, autossuficiência e integração socioeconômica da população migrante venezuelana (UNICEF, 2023). Nesse sentido, tais iniciativas funcionam como instrumentos de mediação entre o migrante e o território institucional, ampliando as possibilidades de acesso a recursos fundamentais para a reorganização da vida familiar.

Outra iniciativa relevante é o aplicativo “Cliques Cidadania”, desenvolvido pelo Governo Federal em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e a OIM, visando atender às demandas diversas da cidadania, incluindo migrantes e refugiados (OIM, 2023). O aplicativo orienta os usuários sobre seus

direitos, serviços disponíveis e políticas públicas, além de possibilitar a realização de denúncias relativas à violação de direitos, inclusive casos de violência (OIM, 2023).

A proposta do aplicativo consiste em conduzir o usuário, por meio de um mapa interativo, aos serviços disponíveis em sua região, abrangendo suporte à mulher na área da saúde e do direito, Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBSs). O amparo psicológico também integra os serviços oferecidos por essa plataforma digital. Ao facilitar o acesso a tais equipamentos públicos, o recurso digital contribui para tornar o território mais inteligível e operacional para as famílias migrantes, favorecendo a reorganização de rotinas, estratégias de cuidado e redes de apoio no espaço urbano.

Nesse sentido, as plataformas digitais não operam apenas como instrumentos informacionais, mas como mediadores territoriais que ampliam a capacidade das famílias migrantes de acessar direitos, organizar sua vida cotidiana e sustentar vínculos no território de acolhida. Ao serem apropriadas nas práticas ordinárias de busca por serviços, saúde, moradia e proteção, tais ferramentas integram-se ao cotidiano das famílias e participam da construção concreta do lugar vivido, evidenciando que a territorialidade se realiza tanto na dimensão material quanto nas práticas e significações que estruturam a vida familiar.

#### 4.6 MARCO NORMATIVO E INSTITUCIONAL NO TERRITÓRIO DE ACOLHIDA

Para fins desta pesquisa, foram consideradas as versões consolidadas da legislação migratória brasileira vigentes até o período de realização do estudo. Eventuais alterações normativas posteriores não foram objeto de análise, uma vez que o objetivo desta seção não é desenvolver exame dogmático da legislação, mas situar o marco jurídico que organiza as políticas de acolhimento e regularização migratória no país.

A experiência migratória analisada nesta dissertação é atravessada por um conjunto de normas federais e por iniciativas estaduais e municipais que conformam o marco de acolhida no território brasileiro e, particularmente, no contexto baiano. Trata-se de um regime normativo que, embora não determine automaticamente os processos de integração social, condiciona o acesso a direitos, a regularização documental, a circulação e as possibilidades de permanência. Esse arcabouço

compõe o pano de fundo institucional sobre o qual se constroem as trajetórias familiares e os sentidos atribuídos ao deslocamento, repercutindo diretamente na organização familiar, na documentação, na escolarização de crianças, na inserção laboral e na definição de estratégias de permanência no território.

No plano federal, o principal marco é a Lei nº 13.445/2017, denominada Lei de Migração, que substitui a lógica securitária anteriormente vigente por princípios orientados pelos direitos humanos e estabelece diretrizes para a política migratória brasileira. A norma reconhece o migrante como sujeito de direitos e afirma garantias relativas à igualdade de tratamento, ao acesso a serviços públicos e à proteção contra discriminação. A lei é regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, que disciplina procedimentos e categorias de estada, registro e regularização migratória, além de sofrer alterações posteriores em versões consolidadas.

De forma complementar, o regime jurídico do refúgio no Brasil é estruturado pela Lei nº 9.474/1997, responsável por internalizar mecanismos de implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, definir critérios de reconhecimento da condição de refugiado e estabelecer as atribuições do CONARE, bem como os efeitos protetivos associados à condição de solicitante e ao reconhecimento do refúgio. No âmbito dos direitos sociais, órgãos federais explicitam que migrantes e refugiados em território nacional possuem acesso a saúde, educação e trabalho em regime de não discriminação por nacionalidade ou condição migratória.

No plano estadual, observa-se que a Bahia vem estruturando mecanismos intersetoriais de governança e formulação de políticas públicas destinadas a migrantes, refugiados e apátridas. Em 2025, há registro oficial da instituição de comitê estadual intersetorial com a missão de apoiar, planejar e monitorar políticas voltadas a essa população. No âmbito programático, iniciativas vinculadas ao meio acadêmico e institucional baiano também apresentam diagnósticos e propostas de política migratória estadual, oferecendo um panorama local sobre fluxos migratórios recentes e sobre a necessidade de coordenação de serviços.

No nível municipal, ainda que políticas específicas para migração possam variar, o território de Salvador configura-se como espaço de interface entre políticas públicas e demandas concretas de acolhimento. Há registros institucionais de debates na Câmara Municipal acerca do papel da cidade e da necessidade de políticas públicas multiescalares, envolvendo as esferas federal, estadual e municipal, para assegurar acolhida humanitária e inclusão social. Assim, a legislação

e a institucionalidade local devem ser compreendidas, nesta pesquisa, menos como um repertório jurídico autônomo e mais como componente do território vivido, isto é, como conjunto de condições formais que incidem sobre documentação, acesso a serviços, inserção laboral, escolarização e redes de proteção, influenciando decisões de permanência e projetos familiares.

Dessa forma, ao situar o campo empírico no marco normativo vigente, este tópico não se propõe a realizar análise dogmática do direito, mas a delimitar as condições institucionais que atravessam a vida cotidiana das famílias migrantes, incidindo sobre documentação, escolarização, inserção laboral, acesso à saúde e definição de estratégias de permanência, as quais se articulam com os eixos analíticos do trabalho: território, família, identidade e construção de sentido.

#### 4.7 FRAGMENTAÇÃO IDENTITÁRIA POR STUART HALL

A contribuição teórica de Stuart Hall é particularmente relevante para a análise da migração contemporânea, sobretudo porque sua reflexão sobre identidade emerge em diálogo com processos históricos de deslocamento, diferença cultural e reconfiguração de pertencimentos. Sua trajetória migratória, da Jamaica para o Reino Unido, atravessa seu pensamento e confere densidade às formulações acerca da constituição identitária em contextos marcados por tensões raciais, políticas e culturais. Nesse quadro, sua obra oferece importante referencial para compreender a migração não apenas como deslocamento espacial, mas como processo de rearticulação subjetiva e social.

Segundo Hall (2006), o processo de mudanças sociais ocupa papel central na formação da identidade. Representações, estigmas, símbolos e práticas sociais influenciam profundamente o senso de ser e o sentimento de pertencimento, configurando dinâmicas nas quais o sujeito influencia e é influenciado pelo meio em que vive. Nessa perspectiva, a identidade não é dada de forma fixa, mas resulta de processos relacionais e históricos.

Hall (2006) também destaca a influência do modelo econômico global sobre os sujeitos. O capitalismo, em sua dinâmica expansiva, imprime formas culturais específicas em cada contexto, exigindo do indivíduo, portador de corpo e cultura próprios, ajustamentos que podem culminar em crise e fragmentação identitária. Esse processo decorre da reconfiguração estrutural das relações sociais na modernidade tardia.

Para a compreensão de sua obra, sobressai a leitura de *A identidade cultural na pós-modernidade*, na qual Hall (2006) desenvolve análise histórica da formação do sujeito. O autor distingue diferentes configurações identitárias, entre elas o sujeito iluminista, concebido como ser unificado, racional e centrado em si, e o sujeito sociológico, compreendido como constituído nas interações sociais. A identidade, nessa concepção sociológica, emerge do entrelaçamento entre interioridade e exterioridade:

A identidade nessa concepção sociológica preenche o espaço entre o 'interior' e o 'exterior' — entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a 'nós próprios' nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os 'parte de nós', contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural (Hall, 2006, p. 11).

A partir dessa formulação, torna-se possível compreender o sujeito pós-moderno, tema central da obra de Hall. Diferentemente do sujeito iluminista, o sujeito pós-moderno encontra-se atravessado pelas dinâmicas sociais contemporâneas e vivencia a identidade como “celebração móvel” (Hall, 2006, p. 13). A identidade fragmenta-se, sofre crises e é constantemente remodelada diante dos sistemas de significados e representações culturais.

A fundamentação teórica apresentada por Hall (2006) insere-se no contexto sociopolítico da modernidade tardia, marcado pela globalização e pela intensificação dos fluxos transnacionais. A compressão espaço-temporal, analisada por Hall (2006, p. 70-71), reconfigura a experiência do tempo e do espaço, afetando os processos de identificação. Esse fenômeno contribui para o afrouxamento de vínculos tradicionais e para a formação de novos pertencimentos, produzindo reconfigurações identitárias contínuas.

No processo de hibridização, que, para Hall, não configura uma transição para uma nova unidade, mas um estado de “ser traduzido”, o indivíduo passa a habitar múltiplas linguagens culturais e identidades que não se anulam, mas se articulam em novas combinações. Nesse sentido, “As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia” e “Elas estão irrevogavelmente traduzidas” (Hall, 2006, p. 89).

Os fluxos migratórios e culturais constituem elementos centrais desse contexto histórico. As migrações potencializam a transformação das experiências espaciais e temporais, pois a população migrante compartilha referências culturais

que influenciam os contextos de chegada. Nesse cenário, a identidade não se dissolve de modo absoluto, mas se rearticula continuamente diante dos fluxos globais e das experiências concretas de deslocamento.

Essa fragmentação identitária, com posterior hibridização, não ocorre em abstrato, mas se inscreve nas experiências concretas do território vivido, onde práticas cotidianas, relações sociais e dinâmicas familiares rearticulam pertencimentos e redefinem referências de sentido.

#### 4.8 GEOGRAFIA CRÍTICA E FENOMENOLOGIA DO ESPAÇO

A concepção geográfica do migrante, na perspectiva de Milton Santos, amplia significativamente o horizonte interpretativo desta pesquisa. Sua leitura do espaço ultrapassa a materialidade física e alcança implicações políticas, sociais e existenciais, o que favorece uma compreensão do território compatível com a complexidade da experiência migratória.

Nesse quadro, a abordagem de Santos, assim como a de autores oriundos de áreas como a Arquitetura e a Filosofia, acolhe as possibilidades abertas pela interdisciplinaridade. O diálogo entre disciplinas não se apresenta como sobreposição metodológica, mas como reconhecimento da complexidade do objeto geográfico, especialmente diante da necessidade de compreender o espaço não apenas como dado material, mas como realidade histórica, social e vivida.

Antes de aprofundar essa concepção, torna-se necessário destacar dois autores que mantêm estreita aproximação com essa reformulação do olhar sobre o espaço: Kevin Lynch (1960) e Eric Dardel (2011). Ambos contribuíram para deslocar o foco da Geografia e da Arquitetura da mera descrição objetiva para uma compreensão mais sensível e experiencial do espaço.

A compreensão do território nesta pesquisa articula duas perspectivas complementares. A geografia crítica de Milton Santos enfatiza o território como sistema de objetos e ações que organiza as condições materiais da vida social. Já a geografia fenomenológica de Eric Dardel permite compreender o espaço como experiência vivida e existencial. Dessa forma, o território é entendido simultaneamente como estrutura social e como horizonte de experiência no qual os sujeitos elaboram sentidos para sua trajetória.

Kevin Lynch propõe uma leitura do espaço urbano centrada na percepção de quem o vivencia. Sua abordagem inaugura um campo de diálogo com a Psicologia e

reconhece o indivíduo como elemento central da experiência urbana. Ao analisar o ambiente e seus efeitos sobre o sujeito, Lynch destaca a importância da legibilidade espacial como condição para o sentimento de pertencimento e para a constituição da “morada” simbólica (Lynch, 1960).

Em *A imagem da cidade*, Lynch (1960) desenvolve o conceito de legibilidade como qualidade essencial do espaço urbano. A harmonia percebida pelo observador amplia sua capacidade de compreender, sentir e interpretar o ambiente:

Na realidade, um meio ambiente característico e legível não oferece apenas segurança, mas também intensifica a profundidade e a intensidade da experiência humana. Embora a vida no caos exterior da cidade moderna esteja longe de ser impossível, a mesma ação diária poderia adquirir um novo significado quando levada a cabo numa estrutura mais viva. A cidade é potencialmente o símbolo poderoso de uma sociedade complexa. Se for bem desenvolvida do ponto de vista óptico, pode ter um forte significado expressivo (Lynch, 1960, p. 15).

A percepção tátil, visual e simbólica do espaço participa ativamente da constituição da experiência urbana. A imagem da cidade não é estática; resulta de processos contínuos de reorganização perceptiva e afetiva. A luz, as texturas, os percursos e os marcos espaciais orientam o sujeito, podendo gerar segurança ou desorientação, ansiedade ou pertencimento (Lynch, 1960). Nessa dinâmica, o espaço deixa de ser cenário neutro e passa a integrar a construção da experiência humana.

Eric Dardel (2011) aprofunda essa perspectiva ao estabelecer conexão entre espaço e consciência fenomenológico-existencial. Diferentemente de Lynch, cuja interlocução se dá com a Arquitetura, Dardel parte da Geografia e da Filosofia para propor uma relação orgânica entre homem e terra, sendo reconhecido como um dos precursores da geografia humanista. Enquanto predominavam exigências de objetivação metodológica, Dardel buscava preservar a dimensão fenomenológica da experiência espacial.

Essa orientação aparece no comentário de Holzer (2010, p. 6):

A partir do lugar, utilizando-se de todos os passos do método fenomenológico husserliano Dardel, melhor do que ninguém, aproximou-se de uma geografia “além da ciência”, que os geógrafos culturais procuravam, e o mais importante, referenciado à história, a partir das “ontologias” geográficas que permearam as mais diversas épocas e povos. Com certeza estes fundamentos de sua obra atraíram a atenção dos geógrafos norte-americanos que buscavam novos caminhos para a ciência geográfica, e o encontraram na fenomenologia e no conceito de lugar.

O positivismo predominava naquele contexto histórico, mas Dardel (2011) direcionava sua atenção à historicidade da geografia, entendendo homem e terra como unidade relacional. Sua geografia fenomenológico-existencial, inspirada em Heidegger e Kant, valorizava a realidade vivida e a experiência concreta do sujeito no espaço. Essa concepção encontra expressão clara no seguinte trecho:

A realidade geográfica é para o homem, [...], o lugar onde ele está, os lugares de sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras que ele pisa ou onde ele trabalha, o horizonte do seu vale, ou a sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidianos através da cidade. [...] A realidade geográfica exige uma adesão total do sujeito, através de sua vida afetiva, de seu corpo, de seus hábitos, que ele chega a esquecer-los, como pode esquecer sua própria vida orgânica. Ela está, contudo, oculta e pronta a se revelar (Dardel, 2011, p. 34).

Essa leitura aproxima-se da compreensão do território como experiência incorporada, vivida no cotidiano, nos hábitos e nos deslocamentos ordinários. O espaço, nessa perspectiva, não se limita a suporte material, mas se constitui como dimensão concreta da experiência humana.

Retomando Milton Santos, observa-se que sua proposta coaduna com essa reformulação da Geografia. Ainda que a cientificidade positivista tenha contribuído para a consolidação da disciplina, abriu igualmente espaço para novas possibilidades de leitura do espaço enquanto processo histórico e social. Na coletânea de obras como *Por uma outra globalização*, *Metamorfoses do espaço habitado* e *A Natureza do Espaço*, Santos desenvolve profunda elaboração teórica acerca da geografia como ciência da sociedade em movimento. Diferentemente de Dardel e Yi-Fu Tuan, cuja ênfase recai sobre a dimensão fenomenológica, Santos assume viés crítico, articulando geopolítica, técnica e estrutura social.

O conceito de territorialidade ocupa posição central nessa elaboração. Ele abrange tanto dimensões concretas quanto abstratas da ocupação do espaço, articulando materialidade e poder. A territorialidade, nesse sentido, não se restringe à delimitação geográfica, mas envolve relações sociais, técnicas e simbólicas.

Em *Por uma outra globalização*, Santos (2024) analisa a difusão do conhecimento impulsionada pela técnica e pelo modelo econômico contemporâneo. A compressão espaço-temporal favorece a circulação de informações e intensifica transformações culturais, podendo ampliar a sociodiversidade (Santos, 2024). Nesse ponto, suas reflexões aproximam-se das de Stuart Hall, na medida em que ambos reconhecem que os fluxos globais reconfiguram identidades e territorializações.

Territorialidade e identidade cultural tornam-se, assim, processos interligados na era da técnica e da informação (Hall, 2006).

Em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Santos (2021) desenvolve análise das relações entre objetos naturais e sociais que compõem o espaço, enfatizando a vida que os atravessa. Ao dialogar com Kant, argumenta que a totalidade corresponde à unidade na diversidade (Santos, 2021, p. 31). O espaço torna-se expressão de uma sociedade em constante renovação. Essa concepção alcança formulação sintética no seguinte trecho:

A fenomenologia do espírito de Hegel seria a transformação da sociedade total em espaço total. O ser é metamorfoseado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, as quais fazem aparecer cada forma como uma forma-conteúdo, um indivíduo separado capaz de influenciar a mudança social (Santos, 2021, p. 31).

Nesse enquadramento, a sociedade instala-se nas formas geográficas e as transforma, convertendo ser em existência e sociedade em espaço. O território deixa de ser cenário para tornar-se processo, metamorfose contínua, campo em que identidade, técnica, poder e experiência cotidiana se entrelaçam. Compreender a migração passa, assim, a exigir o reconhecimento de como a sociedade se inscreve no espaço e de como esse espaço, em retorno, reconfigura práticas, vínculos e sentidos no interior das trajetórias familiares.

As técnicas “apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação da política” (Santos, 2024, p. 32), o que implica compreender o território como instância histórica produzida pela ação social e pelo uso, e não como simples recorte espacial.

É nesse campo de metamorfose entre sociedade e espaço que se inscrevem as trajetórias familiares migrantes. A partir desse referencial, torna-se possível compreender como tais trajetórias se reorganizam, se estabilizam ou se tensionam nas condições concretas do território de acolhida.

Nesse enquadramento, a territorialidade não produz diretamente o sentido existencial da experiência migratória. Ela configura, antes, as condições materiais, sociais e simbólicas nas quais a experiência cotidiana se desenrola. A partir da interpretação dessas experiências, vividas no interior das relações familiares, das práticas cotidianas e dos vínculos estabelecidos no território, os sujeitos constroem significados para sua trajetória migratória. Dessa forma, o território atua como

estrutura de experiência que condiciona, mas não determina, os processos de elaboração de sentido.

## **5 PERSPECTIVA METODOLÓGICA**

### **5.1 DELINEAMENTO**

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida em duas etapas complementares: teórica e empírica. Na primeira etapa, realizou-se aprofundamento teórico por meio de revisão narrativa, entendida como modalidade de revisão que permite agregar conhecimentos teóricos e contextualizados acerca de um tema selecionado (Rother, 2007). Embora tenha havido prioridade na busca por estudos publicados nos últimos dez anos, mostrou-se necessário recorrer também a autores fundamentais para a discussão do problema investigado, como Viktor Frankl, Milton Santos e Stuart Hall. Essa etapa constituiu eixo estruturante da pesquisa e orientou a fase empírica subsequente.

A abordagem qualitativa revelou-se adequada por possibilitar a compreensão aprofundada das experiências familiares no território de acolhida, permitindo representar as visões e perspectivas dos participantes e abarcar as condições contextuais, sociais, institucionais e ambientais em que suas vidas se desenrolam (Yin, 2016). Nesse sentido, o objetivo da pesquisa não consistiu em mensurar frequências ou testar relações causais em sentido estrito, mas em interpretar como territorialidade, dinâmica familiar e construção de sentido se articulam na experiência migratória de famílias venezuelanas.

Na etapa empírica, adotou-se o estudo de casos múltiplos, por permitir a identificação de padrões, singularidades e regularidades, além de favorecer compreensão mais robusta do fenômeno estudado (Yin, 2001). Tal estratégia mostrou-se compatível com o objeto desta dissertação, uma vez que possibilita examinar diferentes trajetórias familiares sem perder de vista as condições concretas em que cada experiência se inscreve.

O campo empírico da pesquisa situa-se na cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, e em sua Região Metropolitana. A escolha desse recorte relaciona-se ao processo nacional de interiorização de migrantes venezuelanos implementado no Brasil a partir de 2018, a partir do qual as capitais nordestinas passaram a integrar de forma mais consistente o circuito de acolhimento. A

presença de famílias venezuelanas na capital baiana insere-se, portanto, em contexto institucional já estruturado por marcos normativos federais, por iniciativas estaduais de governança intersetorial e por políticas de integração socioeconômica que condicionam as possibilidades concretas de permanência e reconstrução da vida familiar.

Nesse cenário, Salvador deixa de figurar apenas como destino geográfico e passa a constituir-se como território de acolhida no qual se articulam legislação migratória, interiorização, redes comunitárias, plataformas digitais de suporte e mecanismos estaduais de coordenação. As condições institucionais, as redes comunitárias e os mecanismos locais de acolhida configuram, assim, contexto específico de inserção migratória, adequado à análise das relações entre territorialidade, dinâmica familiar e construção de sentido na experiência migratória.

## 5.2 PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada de forma individual e híbrida (on-line e presencial) com cinco migrantes venezuelanos residentes na Região Metropolitana de Salvador (BA), que chegaram ao Brasil entre os anos de 2013 e 2022, período que compreende nove anos.

O grupo participante foi composto por cinco pessoas, sendo quatro do sexo feminino e uma do sexo masculino. No que se refere à autodeclaração étnico-racial, observou-se predominância de participantes classificados como brancos e pardos.

Em relação à idade, os participantes apresentaram faixa etária entre 32 e 60 anos, sendo que dois deles se situam entre 30 e 40 anos. Quanto à escolaridade, três participantes possuem ensino superior completo, enquanto dois possuem ensino médio completo. No que diz respeito ao estado civil, a maioria declarou-se solteira, enquanto dois participantes informaram estar casados. Quanto à variável “filhos”, apenas um dos entrevistados declarou não possuir filhos; dois possuem um filho cada, um possui dois filhos e outro possui quatro filhos.

Em relação ao local de residência atual, três participantes residem em Salvador (BA), enquanto dois vivem no município de Lauro de Freitas (BA), ambos integrantes da Região Metropolitana de Salvador.

**TABELA 1: Distribuição das variáveis sociodemográficas**

VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS	PARTICIPANTE				
	BE	TO	LI	AL	CA
Idade	37	32	60	44	44
Naturalidade	Puerto La Cruz / Anzoategui	Maturin	Maracaibo	Maracaibo	Maturin
Raça/Etnia	Parda	Branco	Branca	Parda	Parda
Sexo	Feminino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino
Profissão e/ou Ocupação	Garçonete	Massagista	Administradora	Professora de Idiomas	Ajudante de cozinha em barraca de praia
Estado/Cidade/Bairro	Jambeiro / Lauro de Freitas / BA	Federação / Salvador / BA	Rio Vermelho / Salvador / BA	Costa Azul / Salvador / BA	Areia Branca/Lauro de Freitas
Fonte de Renda	Carteira Assinada	Autônomo	Carteira Assinada	Autônoma	Carteira assinada
Estado Civil	Solteira	Solteiro	Solteira	Casada	Casada
Filhos	1	Não	1	2	4
Religião	Protestante / Evangélica	Nenhuma	Nenhuma	Católica	Nenhuma
Escolaridade	Médio Completo	Superior Completo	Superior Completo	Superior Completo	Médio Completo
Renda Familiar	Até 1 SM	Até 1 SM	Até 1 SM	1 a 2 SM	Até 1 SM

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

No que se refere à fonte de renda, dois participantes exercem atividades autônomas e três possuem vínculo formal de trabalho com carteira assinada. Em relação à renda familiar, observou-se concentração nas faixas “até um salário mínimo” e “de um a dois salários mínimos”. Quanto às ocupações declaradas, os participantes atuam nas seguintes atividades: garçonete, administradora, massagista, professora de idiomas e ajudante de cozinha em barraca de praia.

No que concerne à religião, um participante declarou-se católico, um protestante/evangélico e os demais afirmaram não possuir religião.

A naturalidade dos entrevistados distribui-se da seguinte forma: dois nasceram em Maracaibo, dois em Maturín e um em Puerto La Cruz.

### 5.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A identificação inicial de possíveis participantes ocorreu por meio de indicações de pessoas e instituições universitárias e religiosas que detinham conhecimento sobre a população migrante venezuelana na Região Metropolitana de Salvador. Ademais, o pesquisador estabeleceu contato direto com os possíveis participantes por meio do WhatsApp, formalizando o convite para participação na pesquisa.

Aos participantes que aceitaram integrar o estudo, foi encaminhado um texto introdutório sobre a pesquisa, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após o consentimento, foi aplicado o primeiro instrumento, correspondente ao roteiro sociodemográfico, com duração estimada de cinco minutos. O agendamento das entrevistas orais foi realizado após o recolhimento dessas informações iniciais.

As entrevistas foram conduzidas de forma presencial ou remota, por meio das plataformas WhatsApp e Google Meet, com duração máxima de uma hora e trinta minutos. Após a participação, solicitou-se aos entrevistados a indicação de outras pessoas que preenchessem os critérios de inclusão da pesquisa, utilizando-se, assim, a técnica de amostragem em cadeia, conhecida como bola de neve.

### 5.4 INSTRUMENTOS

Por meio de questionário estruturado on-line, foram aplicadas treze perguntas sociodemográficas, abrangendo: data de nascimento, idade, naturalidade, autodeclaração étnico-racial, gênero, profissão, bairro/cidade de moradia atual, fonte de renda, estado civil, quantidade de filhos, religião, escolaridade e renda familiar. Esses marcadores sociais possibilitaram a identificação do perfil sociodemográfico dos participantes.

Além disso, foi desenvolvida entrevista individual, oral, presencial ou à distância, mediante aplicação de roteiro semiestruturado. As perguntas foram organizadas em seis seções temáticas: 1) dinâmicas das relações familiares; 2) adaptação ao território de Salvador-BA; 3) construção da alteridade nas relações familiares e comunitárias; 4) amparo legal e acesso à educação superior; 5) construção de sentido existencial; 6) reflexão final e agradecimentos.

## 5.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os dados sociodemográficos foram organizados e analisados de forma descritiva, com a finalidade de caracterizar o perfil dos participantes da pesquisa. As entrevistas, por sua vez, foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), organizada nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na etapa de pré-análise, realizou-se a leitura flutuante das transcrições, a organização do corpus e a definição do material efetivamente submetido à análise. Esse momento permitiu identificar unidades de sentido recorrentes, bem como estabelecer relação entre o problema de pesquisa, os objetivos do estudo e os eixos empíricos emergentes das entrevistas.

Na etapa de exploração do material, procedeu-se à codificação dos relatos e ao agrupamento temático dos enunciados, buscando identificar recorrências, convergências, deslocamentos e singularidades nas narrativas dos participantes. A partir desse processo, foram definidas categorias analíticas iniciais vinculadas aos eixos centrais do estudo, a saber: migração como travessia prolongada, família como mediação relacional, território vivido, práticas cotidianas de sobrevivência, reconstrução identitária e construção de sentido existencial. Tais categorias, construídas na interlocução entre o material empírico e o referencial teórico, orientaram a organização interpretativa do capítulo de resultados e discussão.

No tratamento dos resultados, as categorias iniciais foram refinadas em subcategorias temáticas transversais, correspondentes aos itens 6.1 a 6.6 deste trabalho. Essas subcategorias não foram definidas de modo arbitrário, mas resultaram da recorrência de núcleos de sentido presentes nas entrevistas, articulados aos objetivos específicos da pesquisa e aos referenciais teóricos mobilizados. Assim, o capítulo analítico foi organizado em torno de seis eixos: 6.1 Migração como condição existencial prolongada; 6.2 Família como mediação relacional, fidelidade e continuidade biográfica; 6.3 Território vivido, espaço praticado e uso da cidade; 6.4 Práticas cotidianas, táticas de sobrevivência e dignidade; 6.5 Identidade, deslocamento e hibridização cultural; 6.6 Sentido existencial, esperança e projetos de futuro.

A apresentação dos resultados em subcategorias temáticas transversais mostrou-se compatível tanto com a estratégia de estudo de casos múltiplos quanto com a Análise de Conteúdo, pois permitiu preservar as singularidades de cada

trajetória e, simultaneamente, identificar regularidades interpretativas no conjunto do material empírico. Desse modo, a análise não se restringiu à descrição individual de cada caso, mas buscou compreender como diferentes experiências familiares se articulam em torno de eixos comuns relacionados à territorialidade, à identidade, à vida cotidiana e à construção de sentido.

## 5.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A presente pesquisa observou os princípios éticos que regem estudos envolvendo seres humanos, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, aplicável às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sob CAAE nº 89400625.7.0000.5628, Parecer nº 7.673.315, aprovado em 25 de junho de 2025, antes do início da coleta de dados. Nos termos do parecer consubstanciado, o pesquisador responsável compromete-se a encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil, para apreciação do CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/2013, item XI.2.d.

Todos os participantes foram previamente informados acerca dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos de coleta, da forma de utilização dos dados e das garantias de confidencialidade, sendo assegurado o direito de recusa ou desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. A participação ocorreu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizados códigos alfanuméricos na transcrição e apresentação dos resultados, suprimindo-se quaisquer informações que pudessem permitir identificação direta ou indireta. Os áudios e transcrições foram armazenados em ambiente digital protegido, com acesso restrito ao pesquisador responsável.

Considerando a natureza sensível da temática migratória, especialmente no que se refere a experiências de vulnerabilidade, perdas e deslocamento, foram adotadas medidas de escuta responsável e acolhimento, garantindo-se a possibilidade de interrupção da entrevista caso surgisse desconforto emocional. Quando necessário, os participantes foram orientados quanto à possibilidade de busca de apoio psicológico em serviços públicos disponíveis.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta a análise integrada do material empírico obtido nas entrevistas realizadas com BE, TO, LI, AL e CA, buscando ampliar o repertório explicativo dos processos de identificação e subjetivação de migrantes venezuelanos e suas famílias na construção do sentido existencial pela territorialidade. Em consonância com o percurso metodológico descrito no item 5.5, a organização deste capítulo decorre da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011), a partir da qual foram identificados núcleos de sentido recorrentes no corpus, posteriormente agrupados em subcategorias temáticas transversais.

Essas subcategorias não correspondem a divisões meramente expositivas, mas a eixos analíticos construídos a partir da pré-análise, da exploração do material e do tratamento interpretativo dos resultados, em articulação com os objetivos da pesquisa e com os referenciais teóricos adotados neste estudo: Viktor Frankl, Milton Santos, Stuart Hall, Gabriel Marcel, Michel de Certeau, Eric Dardel e Kevin Lynch. As falas dos participantes são apresentadas por meio das siglas BE, TO, LI, AL e CA, preservando o anonimato dos entrevistados e mantendo o vínculo entre o material empírico e a interpretação analítica desenvolvida neste capítulo.

### 6.1 MIGRAÇÃO COMO CONDIÇÃO EXISTENCIAL PROLONGADA

Entre os núcleos de sentido identificados na análise, destacou-se a recorrência de narrativas que apresentam a migração não como evento pontual, mas como travessia processual, com continuidade temporal, deslocamentos sucessivos e exigência permanente de reorganização da vida. A partir dessa recorrência, constituiu-se a presente subcategoria, na qual a migração aparece como condição existencial prolongada, em que o “chegar” não encerra o processo, mas inaugura novas etapas de adaptação prática, subjetiva e relacional.

No relato de TO, essa continuidade se explicita desde a saída vinculada a uma oportunidade institucional, seguida de reconfigurações dentro do próprio território brasileiro: “Eu chego no Brasil em 2012... eu ganhei uma espécie de bolsa para fazer graduação... foi um processo muito rápido... em uma semana eu tive que me despedir da minha família” (TO, entrevista, 2025). Posteriormente, a trajetória é reaberta por novo deslocamento e por um reinício de projeto: “Eu cheguei em

Salvador em 2020... já não estava na faculdade, vim morar, procurar emprego e tentar fazer a vida” (TO, entrevista, 2025).

A narrativa de AL reforça a migração como percurso prolongado e escalonado, com passagens sucessivas e recomeços cotidianos: “Saímos por terra... pegamos um ônibus... demorou uns quatro dias para poder chegar até Manaus... em Manaus a gente ficou por um mês... fomos para São Paulo... e... decidimos vir para Salvador” (AL, entrevista, 2025). A entrevistada também indica a necessidade de reacomodar planos e projetos no curso da travessia: “Eu tive que congelar minha pós-graduação lá em São Paulo e vim para cá, para Salvador” (AL, entrevista, 2025).

Em CA, a migração é narrada como ruptura de condições mínimas de vida e como prolongamento de vulnerabilidade após a travessia de fronteira. A saída é associada à escassez extrema: “você tinha dinheiro no bolso para comprar e não tinha, os mercados estavam vazios e ficava a noite fria na porta do mercado para comprar comida” (CA, entrevista, 2025). A chegada ao Brasil é descrita como marcada por precariedade e reconstrução lenta: “a gente ficou dois meses e meio na Praça Bolívar... foi bastante complicado” (CA, entrevista, 2025), somada à vulnerabilidade material e cultural: “não conhecíamos o idioma... a cultura... o pouco dinheiro que a gente trouxe foi três reais” (CA, entrevista, 2025).

Essas evidências indicam que a migração não se resolve na passagem territorial, mas se estende como tarefa contínua: reorganizar o cotidiano, reorientar projetos e sustentar a vida sob instabilidade. O processo inclui deslocamentos internos, interrupções de trajetórias educacionais e ocupacionais e recomposição de rotinas em condições adversas.

Em diálogo teórico, a noção de *homo viator*, em Marcel, permite compreender a travessia como condição estruturante: existir “em caminho”, com o sentido se construindo na continuidade, e não no ponto final. Na perspectiva de Frankl, as rupturas biográficas convocam o sujeito a redefinir direção e responsabilidade diante das possibilidades concretas e das perdas implicadas na travessia.

## 6.2 FAMÍLIA COMO MEDIAÇÃO RELACIONAL, FIDELIDADE E CONTINUIDADE BIOGRÁFICA

Outro núcleo de sentido recorrente diz respeito à centralidade da família como instância de sustentação existencial, organização da permanência e continuidade

biográfica. A partir dessa recorrência, constituiu-se esta subcategoria, na qual os vínculos familiares aparecem como mediação relacional decisiva no interior da travessia migratória, ainda que em configurações distintas.

Em AL, a maternidade aparece como centro de sustentação e como orientação de futuro: “O que me mantém aqui seria meus filhos” (AL, entrevista, 2025). A entrevistada formula o sentido em termos de continuidade vinculada ao cuidado: “O sentido é ir para frente e continuar a vida, apoiando meus filhos” (AL, entrevista, 2025).

Em CA, o sentido e a motivação são explicitamente organizados pelos filhos e pela responsabilidade parental: “A motivação principal são eles. Sempre são eles. Tudo o que eu conquisto na vida é por e para eles” (CA, entrevista, 2025). A reconstrução material é narrada como conquista existencial ligada ao esforço familiar: “nada disso tem um valor monetário, um valor sentimental... Minha casa está feita com esforço” (CA, entrevista, 2025).

Em TO, a família é reconfigurada, ampliando-se para redes de amizade que assumem função de sustentação no território: “Minha família se converte em meus amigos... alguns se espalham pela cidade ou em outros lugares do Brasil” (TO, entrevista, 2025). Em momentos de instabilidade, a sustentação aparece em vínculos afetivos concretos: “Eu tive apoio de um amigo... que era meu companheiro sentimental... e graças a esse apoio consegui me restabelecer” (TO, entrevista, 2025).

Em LI, a organização familiar se apresenta como vínculo mantido sem fusão cotidiana, preservando autonomia e fronteiras: “Eu moro... seis anos sozinha... sempre fui uma mulher independente” (LI, entrevista, 2025); “nunca foi do plano morar juntos... todo mundo morar junto. Não é desse jeito não” (LI, entrevista, 2025); “Eu falo com ela na semana... se eu consigo ir no domingo para visitar...” (LI, entrevista, 2025).

As falas evidenciam a família como mediação relacional e como eixo de continuidade: ora pela centralidade dos filhos na decisão de permanecer e na construção de futuro, ora pela ampliação de redes afetivas substitutivas, ora pela manutenção de vínculo com autonomia. Em todos os casos, a dimensão relacional atua como sustentação contra a dispersão existencial produzida pela ruptura territorial.

No diálogo teórico, Marcel contribui com a noção de fidelidade como compromisso que sustenta a continuidade da vida em meio à instabilidade, reafirmando a densidade ética dos vínculos. Em Frankl, a responsabilidade por outrem e a orientação ao futuro aparecem como elementos organizadores do sentido, especialmente quando a permanência é sustentada por tarefas concretas ligadas ao cuidado e à continuidade geracional.

### 6.3 TERRITÓRIO VIVIDO, ESPAÇO PRATICADO E USO DA CIDADE

A análise do corpus também evidenciou a recorrência de enunciados relacionados à experiência cotidiana do território de acolhida, especialmente no que se refere a trabalho, moradia, mobilidade, acesso a serviços e vínculos com a cidade. A partir desse conjunto de sentidos, formou-se esta subcategoria, na qual Salvador não aparece como cenário neutro, mas como espaço vivido, praticado e apropriado sob condições concretas.

Em TO, a cidade é associada a oportunidades e à intensidade cultural como componentes da apropriação do espaço urbano: “A expectativa de estar numa cidade grande... com mais acesso a oportunidades de trabalho, estabilidade e lazer” (TO, entrevista, 2025); “A oportunidade de estar próximo do mar... conhecer a religiosidade e o lado festivo da cidade” (TO, entrevista, 2025). A chegada é marcada por um evento urbano emblemático: “Quando eu cheguei aqui em Salvador foi no carnaval... fiquei impressionado com a magnitude da festa” (TO, entrevista, 2025).

Em LI, a escolha territorial envolve também critérios de geograficidade sensível e condições de regularização: “para mim era importante... a certeza da documentação regular” (LI, entrevista, 2025); “o clima é ótimo para mim... eu queria morar perto do mar” (LI, entrevista, 2025). A orla é narrada como marco afetivo e rotineiro: “Para mim, Salvador é a Orla... eu fico... tendo uma conversa com o mar... agradecendo mais um dia” (LI, entrevista, 2025).

Em CA, o território aparece como condição material de existência, com transições entre precariedade e reterritorialização mediada por redes: “Boa Vista é uma cidade bastante complicada, não tem oportunidades de emprego” (CA, entrevista, 2025); “apresentou uma oportunidade... a Fundação Adra... custearam as passagens... alugaram casa... pagaram 3 meses de aluguel” (CA, entrevista, 2025); “o nível de vida começou com a vaga segura” (CA, entrevista, 2025). Ao

mesmo tempo, a apropriação urbana é restringida por rotina e insegurança: “não conheço... o meu trabalho é bastante demandado... não tenho tempo... quando tem um tempo, eu só quero descansar” (CA, entrevista, 2025); “o medo... não me deixo sair... não conheço” (CA, entrevista, 2025).

Em síntese, o território vivido é constituído por usos seletivos, marcos afetivos, limitações de circulação e condições materiais que modulam a possibilidade de pertencimento. A cidade é apropriada tanto por experiências simbólicas, como mar, festas e religiosidade, quanto por trajetos funcionais, especialmente trabalho e moradia, com diferentes graus de legibilidade e segurança percebida.

No diálogo teórico, Milton Santos permite compreender o território como condição material e social de existência, atravessado por oportunidades e restrições que modulam a vida cotidiana. Dardel contribui ao evidenciar a dimensão vivida e sensível do lugar, enquanto Lynch permite ler a apropriação urbana a partir de marcos, trajetos e legibilidade, especialmente quando a mobilidade é reduzida pelo medo, pelo cansaço e pela desorientação.

#### 6.4 PRÁTICAS COTIDIANAS, TÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA E DIGNIDADE

Um quarto núcleo de sentido identificado na análise refere-se às práticas miúdas do cotidiano por meio das quais os participantes sustentam a sobrevivência, reorganizam rotinas e preservam a dignidade. Essa subcategoria foi construída a partir da recorrência de falas sobre trabalho, moradia, informação, burocracia, autocuidado e arranjos práticos diante de condições adversas.

Em CA, as práticas cotidianas são descritas como jornadas extenuantes e aceitação de condições habitacionais extremas: “trabalhava de manhã... depois... meia-noite, uma hora da manhã... pizzaria” (CA, entrevista, 2025); “não parava em casa” (CA, entrevista, 2025); “alugar uma casinha bem pequenininha... o banheiro estava dentro do quarto... viver... sete pessoas” (CA, entrevista, 2025); “nove, treze pessoas dormindo no mesmo quarto... quinze pessoas” (CA, entrevista, 2025).

Em AL, as táticas aparecem como reinvenção ocupacional e adaptação prática para sustento: “Eu aprendi a fazer bolo no pote... e vendia nas portas das casas... e limpando apartamentos” (AL, entrevista, 2025). A experiência inclui perdas e violações que exigem recomposição cotidiana: “Eu confiei nessas pessoas

e eles me roubaram todo esse dinheiro... foram quase 15 mil reais” (AL, entrevista, 2025).

Em TO, as práticas de reorganização aparecem no enfrentamento da pandemia e na reconstrução de rotina: “Quando cheguei em Salvador... veio a pandemia... perdi o emprego e fiquei sem perspectiva” (TO, entrevista, 2025); “Consegui me restabelecer... comecei a procurar emprego novamente” (TO, entrevista, 2025). O autocuidado se apresenta como estratégia cotidiana: “Manter atividade física, ir para academia e pedalar tem me ajudado” (TO, entrevista, 2025).

Em LI, o cotidiano envolve táticas de navegação institucional e busca ativa de informação: “tem um processo burocrático... você consegue... tem que correr atrás” (LI, entrevista, 2025); “Tudo que eu fiz, eu fiz sozinha.” (LI, entrevista, 2025); “eu tento procurar informação pela internet... eu vou... pergunto” (LI, entrevista, 2025).

As evidências indicam que o cotidiano funciona como arena de invenção prática: modos de “se virar” que permitem sustentar a vida, a família e algum horizonte de estabilidade. Mesmo quando as estruturas são adversas, as práticas apontam agência concreta, com rearranjos que preservam dignidade pela continuidade do esforço, do trabalho e da recomposição de rotinas.

No diálogo teórico, Certeau permite compreender essas ações como táticas do cotidiano, isto é, formas inventivas de agir dentro de estruturas que não foram desenhadas para acolher plenamente o migrante. Em Frankl, tais práticas podem ser lidas como expressão de valores de atitude e de criação, na medida em que sustentam a vida e reorganizam o sentido não pela eliminação do sofrimento, mas pela postura diante dele.

## 6.5 IDENTIDADE, DESLOCAMENTO E HIBRIDIZAÇÃO CULTURAL

Outro conjunto de núcleos de sentido recorrentes diz respeito aos processos de reconstrução identitária no contexto migratório. As narrativas apontam para pertencimentos tensionados, permanência de vínculos com o país de origem e incorporação seletiva de referências do território de destino. A partir dessas recorrências, constituiu-se esta subcategoria, na qual a identidade aparece como processo contínuo de negociação e hibridização cultural.

Em TO, essa condição é explicitada como ambivalência de pertencimento: “Não sou mais só venezuelano, mas também não me sinto totalmente brasileiro” (TO, entrevista, 2025). Em outra formulação, a identidade nacional torna-se mais

consciente no deslocamento: “Eu aprendi a ser mais venezuelano no Brasil do que na própria Venezuela” (TO, entrevista, 2025). A incorporação do contexto brasileiro é reconhecida: “Depois de tanto tempo aqui... é inevitável não me sentir também um pouco parte do Brasil” (TO, entrevista, 2025), ao lado de práticas de preservação cultural: “Todo dezembro eu faço pan de jamón e hallaca... comidas tradicionais da Venezuela” (TO, entrevista, 2025).

Em BE, a negociação aparece como continuidade pessoal com mudanças de estilo de vida e adaptação cultural: “Eu sou a mesma pessoa de lá, aqui, claro... eu mudei muito no sentido de sair, de curtir... eu me fechei mais aqui... mas eu me sinto acolhida pelas pessoas daqui” (BE, entrevista, 2025). Persistem distâncias culturais no cotidiano: “Eu não termino de me adaptar a algumas coisas... a comida também... e certos costumes... por exemplo, andar de short curto... eu não estou acostumada” (BE, entrevista, 2025).

Em CA, a rearticulação do pertencimento aparece como coexistência entre vínculo nacional e novo sentido de pertença: “não quero dizer que eu perdi a minha identidade nacional” (CA, entrevista, 2025), mas também: “tem um sentido de pertencer aqui, Brasil... país de oportunidades” (CA, entrevista, 2025).

Essas falas indicam que a identidade não se desloca como bloco homogêneo: ela se reconfigura pela experiência, pelo reconhecimento social e pelos hábitos cotidianos. A migração produz tanto fortalecimento de marcas de origem quanto incorporação seletiva de práticas do destino, com tensões no modo de vestir, nos costumes, na sociabilidade e na autoimagem.

No diálogo teórico, Stuart Hall contribui ao compreender a identidade como processual, histórica e relacional, constituída na negociação cultural e especialmente intensificada em contextos de deslocamento. O material empírico confirma a identidade como construção contínua, articulada entre preservação, mudança e reconhecimento no novo território.

## 6.6 SENTIDO EXISTENCIAL, ESPERANÇA E PROJETOS DE FUTURO

Por fim, a análise do corpus evidenciou a centralidade do sentido existencial como eixo organizador da continuidade da vida, especialmente quando articulado a responsabilidade, esperança e projetos de futuro. A partir dessa recorrência, constituiu-se a presente subcategoria, na qual o sentido aparece como orientação prática e afetiva que sustenta a travessia migratória no tempo.

Em TO, o sentido é formulado como disposição para viver e experimentar, articulada a projeto de formação: “O que dá sentido à minha vida é a vontade de viver e experimentar o máximo que eu puder experimentar” (TO, entrevista, 2025); “Apostar na minha formação acadêmica... fazer mestrado... isso é o que me movimenta” (TO, entrevista, 2025).

Em CA, o sentido é explicitamente vinculado a progresso, oportunidades e responsabilidade parental: “A vontade de progredir... poder aproveitar [as oportunidades]” (CA, entrevista, 2025); “A motivação principal são eles. Sempre são eles. Tudo o que eu conquisto na vida é por e para eles” (CA, entrevista, 2025). A conquista material adquire densidade existencial: “Gratidão... por todo o que a gente conseguiu conquistar aqui” (CA, entrevista, 2025).

Em LI, o sentido se expressa como reabertura de horizonte temporal e reconstrução de sonhos: “lá... a gente já não tem sonhos... só tentando sobreviver” (LI, entrevista, 2025); “aqui tinha oportunidades, tinha como criar sonhos” (LI, entrevista, 2025); “eu posso pensar... comprar uma máquina... tirar a carteira de motorista... me naturalizar... viajar... conhecer o Brasil” (LI, entrevista, 2025). No fechamento, a entrevistada formula uma ética prática de continuidade: “as coisas não vão chegar do céu... você tem que lutar... correr atrás” (LI, entrevista, 2025); “deixar o passado atrás... viver o aqui e o agora... bater portas” (LI, entrevista, 2025).

As evidências indicam que o sentido emerge como tarefa: sustentar filhos e projetos, reconstruir futuro possível, transformar perdas em esforço orientado, estabelecer metas graduais e preservar alguma direção existencial. A esperança não se reduz à expectativa de estabilidade imediata, mas opera como orientação que sustenta o caminhar, mesmo sob incerteza.

No diálogo teórico, Frankl fundamenta a compreensão do sentido como orientação concreta diante das possibilidades e responsabilidades da vida, incluindo valores de atitude e direção ao futuro. Marcel contribui ao compreender a esperança como disposição existencial que sustenta a travessia, permitindo continuar mesmo quando o horizonte permanece aberto e incompleto.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender de que modo a territorialidade participa da construção do sentido existencial de migrantes venezuelanos e de suas dinâmicas familiares no contexto migratório da cidade de Salvador. Partiu-se da premissa de que a migração não se restringe a um deslocamento geográfico, mas envolve processos complexos de reorganização da vida, nos quais território, relações familiares, identidade cultural e sentido existencial se articulam de maneira dinâmica. Ao investigar as trajetórias de migrantes venezuelanos residentes na Região Metropolitana de Salvador, buscou-se compreender como a experiência territorial se inscreve nas dinâmicas familiares e na elaboração de sentido diante das rupturas e desafios próprios da travessia migratória.

A pesquisa adotou abordagem qualitativa, estruturada em duas etapas complementares: uma revisão teórica interdisciplinar e uma investigação empírica baseada em entrevistas com cinco migrantes venezuelanos. A análise do material empírico foi conduzida por meio da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2011), e organizada em subcategorias temáticas transversais construídas a partir da recorrência de núcleos de sentido identificados no corpus. Essa articulação metodológica e teórica permitiu interpretar as narrativas dos participantes à luz de categorias como territorialidade, família, cotidiano, identidade e sentido existencial, mobilizando referenciais da geografia humana, da filosofia existencial, da sociologia da cultura e da psicologia.

Os resultados indicam, em primeiro lugar, que a migração é vivida pelos participantes como processo prolongado de travessia, e não como evento pontual encerrado pela chegada ao território de destino. As narrativas evidenciam deslocamentos sucessivos, recomeços profissionais, interrupções de projetos educacionais e reconstrução gradual das condições de vida. Nesse sentido, a experiência migratória revelou-se como condição existencial aberta, em que a chegada inaugura novas etapas de adaptação prática, social e subjetiva.

No interior desse processo, a família emergiu como eixo estruturante da continuidade biográfica. Os vínculos familiares organizam responsabilidades, orientam decisões e sustentam a permanência no território de acolhida. Em diversas narrativas, os filhos aparecem como principal motivação para enfrentar as dificuldades do processo migratório e reconstruir projetos de vida. Em outros casos,

redes de amizade assumem funções semelhantes às da família, demonstrando que os vínculos afetivos podem se reconfigurar no novo território como formas de sustentação existencial.

A relação com o território de Salvador mostrou-se igualmente central. A cidade não aparece apenas como espaço físico, mas como território vivido e praticado no cotidiano. O acesso ao trabalho, as condições de moradia, a mobilidade urbana e a possibilidade de construir redes de sociabilidade influenciam diretamente o modo como os migrantes se apropriam do espaço e constroem sentimento de pertencimento. Elementos simbólicos da cidade, como o mar, a religiosidade e as manifestações culturais, também emergem nas narrativas como marcos afetivos que contribuem para a produção de vínculos com o território.

As práticas cotidianas desempenham papel fundamental na adaptação migratória. A busca por trabalho, a reorganização da vida doméstica, a aprendizagem de novos modos de circulação na cidade e o enfrentamento de condições materiais adversas revelam estratégias concretas de sobrevivência e reconstrução da dignidade. Mesmo diante de precariedades e instabilidades, os participantes demonstram capacidade de reinvenção prática, mobilizando recursos pessoais, relacionais e territoriais para sustentar suas vidas e seus projetos familiares.

Outro aspecto relevante refere-se aos processos de reconstrução identitária vividos pelos migrantes. As narrativas indicam que a identidade não se desloca de forma estática, mas se transforma na interação com o novo contexto cultural e social. Os entrevistados relatam experiências de pertencimento ambivalente, nas quais coexistem vínculos com o país de origem e processos de incorporação gradual de elementos culturais brasileiros. Esse movimento confirma a natureza processual, histórica e relacional da identidade em contextos migratórios.

No plano existencial, os relatos convergem na centralidade do sentido como orientação para a continuidade da vida. O sentido emerge nas narrativas associado à responsabilidade pelos filhos, à busca por oportunidades de trabalho, à formação acadêmica e à possibilidade de reconstruir projetos de futuro. A esperança aparece como disposição que sustenta o caminhar mesmo diante das incertezas e dificuldades enfrentadas no processo migratório, funcionando não como idealização abstrata, mas como orientação concreta da travessia.

A partir desses resultados, é possível afirmar que a territorialidade participa de maneira significativa da construção do sentido existencial das famílias migrantes. O território não atua apenas como cenário da adaptação, mas como dimensão relacional, material e simbólica na qual se reorganizam vínculos, práticas e projetos de vida. A experiência territorial influencia tanto as condições objetivas de inserção social quanto os processos subjetivos de pertencimento, continuidade biográfica e elaboração de sentido.

Do ponto de vista acadêmico, este estudo contribui para ampliar o diálogo interdisciplinar entre geografia, psicologia, sociologia e filosofia na compreensão da experiência migratória. Ao articular a categoria de territorialidade com a noção de sentido existencial, a pesquisa oferece perspectiva analítica que permite compreender a migração não apenas como fenômeno demográfico ou econômico, mas como experiência humana complexa, marcada por processos de reconstrução biográfica, relacional e simbólica.

No plano social, os resultados evidenciam a importância de políticas públicas, redes institucionais e condições concretas de acolhida que favoreçam a integração dos migrantes no território. O acesso ao trabalho, à regularização documental, à educação, à moradia e aos serviços urbanos mostra-se fundamental para a construção de condições mínimas de estabilidade e pertencimento. Tais condições influenciam diretamente a possibilidade de reconstrução de projetos de vida e de sustentação do sentido na experiência migratória.

É importante reconhecer algumas limitações desta pesquisa. O número reduzido de participantes e o recorte territorial concentrado na Região Metropolitana de Salvador não permitem generalizações amplas sobre a experiência migratória venezuelana no Brasil. Ainda assim, o caráter qualitativo do estudo possibilitou aprofundar a compreensão das trajetórias individuais e familiares, oferecendo elementos analíticos relevantes para investigações futuras.

Pesquisas posteriores podem ampliar o número de participantes, explorar diferentes contextos urbanos de acolhida ou investigar comparativamente experiências migratórias em outras regiões do país. Também se mostram promissoras investigações que aprofundem as relações entre territorialidade, saúde mental, redes comunitárias, práticas cotidianas e processos de integração social de migrantes.

Em síntese, a migração venezuelana analisada neste estudo revela-se como experiência marcada por desafios materiais, reconfigurações identitárias e reconstrução contínua de sentido. A territorialidade emerge como dimensão central nesse processo, configurando-se como espaço de vida no qual os migrantes negociam pertencimentos, constroem vínculos e elaboram projetos de futuro. Dessa forma, compreender a relação entre território e sentido existencial contribui para ampliar a compreensão da experiência migratória e para reconhecer a complexidade humana que atravessa os deslocamentos contemporâneos.

## REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Annual Results Report 2024**. ACNUR, [s.d.]. Disponível em: <https://www.unhcr.org/media/brazil-annual-results-report-2024>. Acesso em: 22 set. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Dados sobre refugiados no Brasil e no mundo**. ACNUR, 2025. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 30 set. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Nota informativa: Avanços e desafios da interiorização**. ACNUR, 2025. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/pesquisa-aponta-avancos-e-desafios-da-interiorizacao-de-pessoas>. Acesso em: 16 set. 2025.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Venezuela: Acesso ao mercado de trabalho formal no Brasil**. ACNUR, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-02/202403-informe-mercado-trabalho-formal-venezuelanos-brasil.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil recebeu 194.331 migrantes em 2024**. Agência Brasil, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-02/brasil-recebeu-194331-migrantes-em-2024>. Acesso em: 09 out. 2025.

ALVES, T. M. **O lugar do migrante e do refugiado venezuelano no Brasil: fluxos e relações sociais**. *Geograficidade*, Niterói, v. 13, n. 2, p. 104–123, inverno 2023. ISSN 2238-0205. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10062263>. Acesso em 02 fev. 2026.

BAHIA. Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. **Bahia institui Comitê Estadual Intersetorial de Migrações, Apatridia e Refúgio (CEIMAR-BA)**. Salvador, 2025. Disponível em:

<https://www.ba.gov.br/comunicacao/noticias/2025-04/367316/bahia-institui-comite-est-aual-intersectorial-de-migracoes-apatridia-e>. Acesso em: 06 dez.2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, A. P. S.; BORGES, L. M. **Dimensões psicossociais da imigração no contexto familiar**. Boletim Academia Paulista de Psicologia, v. 35, n. 88, p. 126-144, 2015. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v35n88/v35n88a09.pdf> . Acesso em: 03 nov. 2024

BRASIL. **Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017**. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF.2017a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm). Acesso em: 11 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF. 2017b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 11 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Mais de 700 mil venezuelanos entraram no Brasil nos últimos cinco anos, segundo MJSP**. Brasília: MJSP, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/em-cinco-anos-brasil-recebeu-mais-de-700-mil-imigrantes-venezuelanos>. Acesso em: 01 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Refúgio em números: 2024–2025**. Disponível: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra\\_2020/OBMIGRA\\_2025/Ref%C3%BAgio\\_em\\_N%C3%BAmeros/Relato%CC%81rio\\_Refu%CC%81gio\\_em\\_Nu%CC%81meros\\_10%C2%AAedpdf.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2025/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Relato%CC%81rio_Refu%CC%81gio_em_Nu%CC%81meros_10%C2%AAedpdf.pdf). Acesso em: 11 out. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Conheça o Clique Cidadania, um aplicativo sobre direitos e serviços para brasileiros e migrantes no Brasil**. Brasília: MDHC, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/conheca-o-clique-cidadania-um-aplicativo-sobre-direitos-e-servicos-para-brasileiros-e-migrantes-no-brasil>. Acesso em: 01 maio 2024.

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Cambridge Advanced Learner's Dictionary**. 4 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Acesso em: 01 maio 2025.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de José Luiz Miranda. Petrópolis: Vozes, 1994.

CIERCO T. Esclarecendo conceitos: refugiados, asilados políticos, imigrantes ilegais. In: WOISCHNIK, J. (eds). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung; 2017. p. 11–25. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/111036>. Acesso em: 11 fev. 2026

DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011. Original publicado em 1952.

DONATI, P. *et al.* **Família no século XXI**: abordagem relacional. Paulinas, 2008.

FIGUEREDO, Dhione Andrade; VEIGA, Adriana Cruz. **Migração e significado do lugar: um estudo de caso**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2018. Anais complementares [...]. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: [https://www.eng2018.agb.org.br/resources/anais/8/1530047350\\_ARQUIVO\\_ArtigoENG.pdf](https://www.eng2018.agb.org.br/resources/anais/8/1530047350_ARQUIVO_ArtigoENG.pdf). Acesso em: 22/02/2026.

FORNASIER, R. C. **LIBERDADE, RELAÇÃO, PERTENÇA E DOM NA FAMÍLIA:: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DE PIERPAOLO DONATI E DA FILOSOFIA DE FRANCESCO BOTTURI**. Estudos Teológicos, v. 58, n. 2, p. 508-522, 2018a. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/ET/article/view/682>. Acesso em 22 fev. 2026.

FORNASIER, R. C. **Memória e família na Sociologia de Pierpaolo Donati e na Antropologia de Francesco Botturi**. Memorandum: Memória e História em Psicologia, v. 35, p. 100-114, 2018b. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6889>. Acesso em 22 fev. 2026

FRANÇA, R. A.; BARBATO, S. B. Trajetórias em transição: a produção de significados de uma migrante venezuelana. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 37, n. 3, p. 292-306, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-47242019000300292&script=sci\\_artt\\_ext](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-47242019000300292&script=sci_artt_ext). Acesso em: 03 fev. 2024.

FRANKL, V. E. **Em busca de sentido**: Um psicólogo no campo de concentração. Editora Sinodal, 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **52% dos refugiados e migrantes da Venezuela entrevistados sentem necessidade de apoio emocional**. Brasília: UNICEF, 2023a. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/52-por-cento-dos-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-entrevistados-sentem-necessidade-de-apoio-emocional>. Acesso em: 01 maio 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Crise migratória venezuelana no Brasil**. Brasília: UNICEF, 2023b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 01 maio 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **O que é o UNICEF**. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>. Acesso em 11 fev. 2026

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOLZER, W. A influência de Eric Dardel na construção da geografia humanista Norte Americana. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, p. 1-11, 2010. Disponível:

<https://geografiahumanista.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/11/werther-holzer.pdf>. Acesso em: 03 set. 2025.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 1960. Disponível em:

[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/64719834/A\\_imagem\\_da\\_Cidade\\_Kevin\\_Lynch-libre.pdf](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/64719834/A_imagem_da_Cidade_Kevin_Lynch-libre.pdf). Acesso em: 20 fev. 2026.

MARANDOLA JR., Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração**. Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/rzmFzZWXRMzVHZhFGWSR6wn/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25 fev. 2026.

MARCEL, G. **Homo viator: introduction to a metaphysic of hope**. Tradução de Emma Craufurd. Chicago: Henry Regnery Company, 1951.

NASCIMENTO, E. B. do. **Entre fronteiras: desafios e perspectivas dos venezuelanos no Brasil**. *Revista de Casos e Consultoria*, Natal, v. 16, n. 1, e39536, 2025. ISSN 2237-7417. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/39536>. Acesso em 02 fev. 2026.

NOLASCO, C. **Migrações Internacionais: conceitos, tipologia e teorias**. Oficina do CES n.º 434. Coimbra: CES, 2016. Disponível em:

<https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-434>. Acesso em: 20 fev. 2026

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Glossário sobre migração**. Série de Direito Internacional da Migração, n. 22. Genebra: OIM, 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Resultados da pesquisa por “clique cidadania”**. Brasília: OIM Brasil, 2023. Disponível em: [https://brazil.iom.int/pt-br/search?keywords=clique+cidadania&created=All&sort\\_bef\\_combine=search\\_api\\_relevance\\_DESC](https://brazil.iom.int/pt-br/search?keywords=clique+cidadania&created=All&sort_bef_combine=search_api_relevance_DESC). Acesso em: 01 maio 2025.

OLIVEIRA, A. T. R. de. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 1, p. 219-244, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/24297/21616>. Acesso em 02 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra, 28 jul. 1951. Série Tratados da ONU, n. 2545, v. 189, p. 137. Disponível em:

[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf). Acesso em: 11 fev. 2026.

PAPADEMETRIOU, D. Gerir Melhor as Migrações Internacionais: Princípios e Perspetivas para maximizar os benefícios das migrações. In: PAPADEMETRIOU, Demetrios (org.) **A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI**. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2008. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/4882621/a-europa-e-os-seus-imigrantes-no-seculo-xxi-fundacao-luso-/29>. Acesso em 20 fev. 2026

PETRINI, G. *et al.* Família, capital humano e pobreza: entre estratégias de sobrevivência e projetos de vida. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 22, p. 165-186, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6596>. Acesso em: 16 nov. 2025.

PETRINI, G. Significado social da família. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 16, n. 18+ 19, p. 111, 2009. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/Arquiteturaeurbanismo/article/view/1204/1248> Acesso em: 24 nov. 2025.

RABINOVICH, E. P.; TASSARA, E. T. de O. Movimentos migratórios na metrópole de São Paulo no século XXI: Um estudo quali-quantitativo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 3, p. 502-520, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/10877>. Acesso em: 07 set. 2025.

RAHGOZAR, S.; GIMÉNEZ-LLORT, L. **Foundations and applications of logotherapy to improve mental health of immigrant populations in the third millennium**. *Frontiers in Psychiatry*, v. 11, p. 451, 2020. Disponível em <https://www.frontiersin.org/journals/psychiatry/articles/10.3389/fpsy.2020.00451/full> Acesso em: 03 set. 2024.

ROCHA, G. do V.; RIBEIRO, N. V. P. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 20, n. 122, p. 541–563, out. 2018/jan. 2019. Disponível em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1820>. Acesso em 02 fev. 2026.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. [Editorial]. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2026.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Edusp, 2021.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Record, 2024.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em:

<https://itcp.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/02/Estudo-de-Caso-Planejamento-e-Metodos-Robert-k-Yin-libre.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniela Bueno. Revisão técnica de Dirceu da Silva. Porto Alegre, RS: Penso, 2016. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/pesquisa-qualitativa-do-inicio-ao-fim-robert-yinpdf-pdf-free.html>. Acesso em: 07 out. 2025.

## **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

### **SEÇÃO 1 - DINÂMICAS DAS RELAÇÕES FAMILIARES**

(Relacionadas ao objetivo específico: “Analisar como o processo migratório interferiu nas dinâmicas das relações familiares dos venezuelanos.”)

#### **História de Migração e Motivação**

Você poderia me contar como e por que decidiu(iram) sair da Venezuela para o Brasil, especificamente para Salvador?

Quais foram as principais motivações ou necessidades que levaram à escolha dessa cidade?

#### **Estrutura Familiar**

Quem compõe sua família aqui em Salvador?

Alguém permaneceu na Venezuela ou em outro país?

Como está a organização familiar desde a mudança?

Houve alterações nos papéis e nas responsabilidades?

#### **Apoio Familiar e Ajustes Internos**

Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas pela família nesse processo de chegada e adaptação?

Como a família buscou se reorganizar para lidar com questões emocionais, financeiras e práticas do dia a dia?

Já fizeram psicoterapia antes e se sim, como foi essa experiência?

#### **Relações Internas e Conflitos**

Houve conflitos ou tensões, entre vocês familiares?

Como foram esses conflitos entre os membros familiares após a migração?

Quais foram os aspectos que reuniram as famílias nesse período de transição?

## SEÇÃO 2 - ADAPTAÇÃO AO TERRITÓRIO DE SALVADOR (BA)

(Relacionadas ao objetivo específico: “Compreender o processo de adaptação das famílias imigrantes venezuelanas em relação ao território da cidade de Salvador (BA).”)

### **Primeiras Impressões e Desafios Locais**

Como você descreveria a experiência de chegar a Salvador?

Houve choque cultural, dificuldades com idioma ou estilo de vida?

Quais os principais desafios enfrentados na cidade (moradia, trabalho, acesso a serviços públicos etc.)?

### **Relação com a Cultura Local**

Quais diferenças e semelhanças você observa entre a cultura de Salvador e a cultura da Venezuela?

Em que momentos você se sente mais acolhido(a) e em quais percebe maior distância cultural?

Quais pontos da cidade mais lhe motivaram, lhe marcou?

### **Integração e Pertencimento**

Como você e sua família poderiam estar adaptados na cidade de Salvador?

Quais iniciativas ou espaços (igreja, ONGs, grupos de imigrantes) têm facilitado a integração?

### **Contribuições Pessoais**

- Você percebe que sua família tem algo a contribuir para a comunidade local (ex.: culinária, idioma, tradições)?

- Como a interação com brasileiros ou com outras nacionalidades impacta o seu processo de adaptação?

## SEÇÃO 3 - CONSTRUÇÃO DA ALTERIDADE NAS RELAÇÕES FAMILIARES E COMUNITÁRIAS

(Relacionadas ao objetivo específico: “Investigar como se constrói a alteridade nas relações familiares e comunitárias dos imigrantes venezuelanos.”)

**Identidade Cultural e Diálogo com o Novo Contexto**

De que forma vocês mantêm viva a cultura venezuelana (língua, culinária, celebrações)?

E como vocês consideram importante manter essa cultura?

Como lidam com eventuais diferenças entre a cultura local e as suas tradições de origem?

**Relação com Outras Famílias**

Como é o funcionamento dos apoios entre famílias imigrantes venezuelanas em Salvador?

E em relação aos vizinhos, colegas de trabalho ou estudo (brasileiros)?

Qual é a qualidade dessas relações?

**Alteridade e Pertencimento**

Vocês já se questionaram como funcionam temas como identidade, subjetividade quando suas famílias migram?

Como foi essa experiência?

Quais são as trocas culturais ou sociais mais significativas para vocês?

**Percepção de Preconceito ou Acolhimento**

Você já se sentiu discriminado(a) ou, pelo contrário, acolhido(a) pelo fato de ser venezuelano(a)?

Como a família reage e lida com possíveis atitudes discriminatórias?

**SEÇÃO 4 - AMPARO LEGAL E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR**

(Relacionadas ao objetivo específico: “Analisar o amparo legal que existe na cidade de Salvador para imigrantes e refugiados, inclusive quanto ao acesso às universidades.”)

**Documentação e Legislação**

Foi difícil obter os documentos necessários para residir legalmente em Salvador (CPF, carteira de trabalho, vistos, refúgio)?

Teve apoio de algum órgão público, ONG ou entidade religiosa para resolver questões legais?

### **Políticas Públicas e Serviços Sociais**

Como a família percebe alguma política pública específica para imigrantes ou refugiados em Salvador?

Em sua opinião, que tipo de serviço ou programa poderia melhorar a condição de quem chega de outro país?

### **Oportunidades de Estudo**

Alguém na família teve interesse em estudar em universidade local (pública ou privada)?

Como foi o processo para se inscrever ou ingressar?

Como as crianças veem o estudo nas escolas da região?

Que barreiras (linguísticas, financeiras ou burocráticas) vocês enfrentaram para acessar a educação superior?

### **Abertura das Universidades**

Vocês podem fazer uma leitura de como sentem que as universidades em Salvador acolhem imigrantes?

Existem iniciativas de inclusão (isenção de taxas, cotas, apoio linguístico)?

Caso não conheça, o que acha que seria necessário para facilitar o acesso e a permanência de imigrantes na universidade?

## **SEÇÃO 5 - CONSTRUÇÃO DE SENTIDO EXISTENCIAL**

(Relacionada ao objetivo geral, permeando todos os temas anteriores: “Analisar como se constrói o sentido existencial na conjuntura migratória das famílias venezuelanas.”)

### **Sentido de Vida e Motivação**

O que você diria que dá sentido à sua vida atualmente?

Algo mudou em comparação a quando vivia na Venezuela? Poderia explicar?

Quais são as esperanças ou objetivos centrais que mantêm você e sua família em Salvador?

**Valores, Fé e Resiliência**

Vocês possuem práticas religiosas, espirituais ou culturais que os ajudem a enfrentar desafios e como se dão essas práticas?

Quais valores ou crenças mais fortalecem a família em momentos de dificuldade?

**Planos Futuros**

Pretendem permanecer em Salvador, retornar à Venezuela ou migrar para outro lugar?

Quais sonhos vocês têm para a família, especialmente pensando em estudos, trabalho e bem-estar?

Qual o legado que vocês querem deixar para as próximas gerações de familiares?

**SEÇÃO 6 - REFLEXÃO FINAL E AGRADECIMENTOS****Comentários Finais**

Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência de migração, adaptação e construção de sentido de vida em Salvador?

Que mensagem deixaria para outras famílias venezuelanas que estejam vindo ou já vivendo aqui?